



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

FELIPE CALDAS RAMOS

**AGENCIAMENTOS DO POVO INDÍGENA TREMEMBÉ NA CAPITANIA
DO MARANHÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII): das
guerras ao aldeamento**

SÃO BERNARDO – MA

2024

FELIPE CALDAS RAMOS

**AGENCIAMENTOS DO POVO INDÍGENA TREMEMBÉ NA CAPITANIA
DO MARANHÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII): das
guerras ao aldeamento**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, habilitação em Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira

SÃO BERNARDO – MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

RAMOS, Felipe Caldas.

AGENCIAMENTOS DO POVO INDÍGENA TREMEMBÉ NA CAPITANIA DO
MARANHÃO PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII : das guerras ao
aldeamento / Felipe Caldas RAMOS. - 2024.

70 f.

Orientador(a): Ana Caroline Amorim Oliveira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo
- MA, 2024.

1. Agenciamentos. 2. Capitania do Maranhão. 3.
História Indígena. 4. Tremembé. I. Amorim Oliveira, Ana
Caroline. II. Título.

FELIPE CALDAS RAMOS

**AGENCIAMENTOS DO POVO INDÍGENA TREMEMBÉ NA CAPITANIA
DO MARANHÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII): das
guerras ao aldeamento**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, habilitação em Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia.

APROVADA EM: 31 / 01 / 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira (Orientadora)

Doutora em Antropologia Social – USP
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Profa. Dra. Amanda Gomes Pereira (Examinadora Interna)

Doutora em Ciências Sociais – UERJ
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Profa. Dra. Vanice Siqueira de Melo (Examinadora Externa)

Doutora em História – UFPA
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

Dedico este trabalho aos meus pais: Francisco das Chagas Crispim Ramos e Francisca das Chagas Araujo Caldas, aos meus irmãos: Maria Luiza Caldas Ramos e Francisco das Chagas Crispim Ramos Junior e a minha orientadora, Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais: Francisco das Chagas Crispim Ramos e Francisca das Chagas Araujo Caldas, que sempre batalharam para garantir um futuro melhor para os seus filhos. O meu pai, por ser professor desde os seus 16 anos de idade, sempre viu na educação uma forma de transformação da realidade, e a partir desse pensamento buscou inculcar isso em mim e nos meus irmãos. Tal incentivo por parte dele fez com que eu adentrasse no ensino superior em 2019. À minha mãe, que é um exemplo de pessoa que sempre lutou (e continua lutando) pelos seus filhos e, assim como o meu pai, começou a trabalhar muito nova como quebradeira de coco babaçu, doméstica, costureira e, atualmente, é professora da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Muito obrigado por terem me dado a vida e por sempre me apoiarem nos meus estudos!

Aos meus irmãos, Maria Luiza Caldas Ramos e Francisco Das Chagas Crispim Ramos Junior que sempre me apoiaram e me deram forças para continuar. Apesar da distância, saibam que vocês são extremamente importantes para mim e podem contar comigo sempre, amo muito vocês!

Aos meus parentes que me receberam em suas residências no início do curso e no pós-pandemia, quando as aulas presenciais retornaram. Também sou grato a Dona Mariazinha e ao Francisco que me acolheram em sua casa, antes de eu ir morar com as minhas tias, Socorrinha e Terezinha.

Aos meus primos que tanto gosto: Theyne Caldas Batista, Carla Cristina Caldas Batista e João José Caldas Batista. E não poderia esquecer do baby Henry Benício, filho da minha prima Theyne.

Aos amigos que o Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Centro de Ciências de São Bernardo, me deu. Em especial, o Roney Rodrigues do Monte, a Maria Aparecida Santos Costa e o Antônio Carlos Santos Silva. Os três sempre me apoiaram e acreditaram no meu potencial, mesmo quando eu não acreditava. Em 2019, no momento difícil quando pensava em desistir do curso, eles me abraçaram e disseram que eu não ia desistir. Durante o curso, foi muito bom contar com o apoio deles, seja na parceira dos trabalhos em grupos que fizemos juntos, como na amizade que temos. Gosto muito de vocês três!

Agradeço, ainda, à minha amiga Maria Aparecida, que tanto amo. Obrigado por cada conselho que me deu nos últimos quatros anos e meio, pelo apoio, pelas nossas conversas, pelas reuniões que fazíamos para corrigir e formatar os trabalhos do curso, pelas parcerias nos trabalhos, por acreditar e confiar em mim. Saiba que você sempre pode contar comigo e espero que a nossa amizade se fortaleça cada vez mais.

Aos professores do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia que contribuíram com a minha formação acadêmica.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveria, que todos chamam carinhosamente de Profa Carol. Aprendi muito (e ainda aprendo) com ela, pois a mesma é exemplo de empatia, profissionalismo e é uma excelente pesquisadora, etc. Ela me recebeu em seu Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política – (GAEP/ CNPQ) em 2020 e, ainda no mesmo ano, deu-me a oportunidade de ser pesquisador e bolsista do Projeto de Pesquisa História Indígena na Microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense, seguindo os critérios estabelecidos pelos Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – (PIBIC/UFMA), em que permaneci até o ano de 2023. Tais oportunidades contribuíram para o meu desenvolvimento como pesquisador e também para a minha formação acadêmica. Agradeço muito à professora Carol pelas orientações, pelos conselhos, por acreditar no meu potencial e por contribuir para que eu pudesse superar minhas limitações e, é claro, desenvolver o presente trabalho final de curso.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa de Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política - (GAEP/CNPq), pelas reuniões que tanto contribuíram para a formação do Felipe pesquisador e acadêmico.

Minha gratidão a Gleydson de Castro Oliveira, conhecido como Luccá Muypurá, liderança do povo Anapuru Muypurá, que conheci durante a execução da pesquisa sobre a história indígena do Baixo Parnaíba Maranhense.

Ao povo Anapuru Muypurá, que recebeu em suas casas os pesquisadores do projeto de pesquisa “História Indígena Na Microrregião Do Baixo Parnaíba Maranhense”.

À Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da UFMA.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, que me proporcionou ser bolsista dessa instituição ao longo de quase 3 anos.

“Se a História é cheia de armadilhas é porque ela é viva, se ela fosse morta ela ficaria como uma pedra para gente escrever em cima dela e ficava lá imutável. Mas a História é viva, ela se movimenta. Então, gente que estava extinta aparece de novo; povos que estavam subjugados voltam, gente que já foi para cadeia vira presidente da República” (Krenak, 2012, p. 121).

RESUMO

O objetivo do presente Trabalho de Conclusão de Curso é compreender os agenciamentos do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (primeira metade do século XVIII). Para alcançar esse objetivo, seguiu-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa documental e bibliográfica (Lakatos e Marconi, 2001) a partir de uma abordagem interdisciplinar entre a História e a Antropologia (Cunha, 1992; Monteiro, 2001; Almeida, 2017; Oliveira, 1998). No primeiro procedimento, buscou-se documentos coloniais no Arquivo Histórico Ultramarino – (AHU) e no Arquivo Público do Estado do Maranhão – (APEM), que tratam sobre o povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão. Já no segundo procedimento, foram analisados trabalhos acadêmicos, como: Artigos, Monografias, Dissertações e Teses das bases de dados Scielo, Google Acadêmico e Periódicos CAPES. Identificamos, por meio das fontes, a localização de ocupação dos Tremembé na Capitania do Maranhão (Borges, 2010; Marques, 1870; Nimuendajú, 2017 [1883-1845]; Pompeu Sobrinho, 1951), bem como os etnônimos (Costa, 1979; Livro Grosso do Maranhão, 1998; Silva, 2003) e alguns traços culturais desse povo indígena (Livro Grosso do Maranhão, 1998; Pompeu Sobrinho, 1951). Buscamos também mapear quais foram os agenciamentos (Ortner, 2006) que desenvolveram para se manterem vivendo em suas praias, mesmo em um contexto de violentas investidas dos colonizadores, durante a primeira metade do século XVIII. Assim, percebeu-se que os Tremembé mantinham alianças com outros povos e com os colonizadores, realizavam comércio e informavam aos povos dos sertões sobre a saída das tropas de guerras (Melo, 2011). Constatou-se ainda a agência indígena dos Tremembé quando aceitaram se aldear durante o governo de João da Maia da Gama (1722-1728). Portanto, nos foi possível compreender algumas formas de agenciamentos utilizadas pelo povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão. Contudo, muitas questões suscitadas ao longo da pesquisa ainda não foram respondidas, o que motiva a continuidade da mesma.

PALAVRAS-CHAVE: História Indígena; Agenciamentos; Tremembé; Capitania do Maranhão.

ABSTRACT

The objective of this Course Completion Work is to understand the agencies of the Tremembé indigenous people in the Captaincy of Maranhão (first half of the 18th century). To achieve this objective, the following methodological procedures were followed: documentary and bibliographical research (Lakatos and Marconi, 2001), based on an interdisciplinary approach between History and Anthropology (Cunha, 1992; Monteiro, 2001; Almeida, 2017; Oliveira, 1998). In the first procedure, we searched for colonial documents in the Overseas Historical Archive (AHU) and in the Public Archive of the State of Maranhão (APEM), which deal with the Tremembé indigenous people in the Captaincy of Maranhão. In the second procedure, academic works were analyzed, such as: Articles, Monographs, Dissertations and Theses from the Scielo, Google Scholar and CAPES Periodicals databases. We identified, through sources, the location of occupation of the Tremembé in the Captaincy of Maranhão (Borges, 2010; Marques, 1870; Nimuendajú, 2017 [1883-1845]; Pompeu Sobrinho, 1951), as well as the ethnonyms (Costa, 1979; Livro Grosso do Maranhão, 1998; Silva, 2003) and some cultural traits of these indigenous people (Livro Grosso do Maranhão, 1998; Pompeu Sobrinho, 1951). We also sought to map which agencies (Ortner, 2006) were developed to maintain living on their beaches, even in a context of violent attacks by colonizers, during the first half of the 18th century. Thus, it was clear that the Tremembé maintained alliances with other peoples and colonizers, carried out trade and informed the people of the backlands about the departure of troops from war (Melo, 2011). The indigenous agency of the Tremembé was also confirmed when they agreed to settle in the village during the government of João da Maia da Gama (1722-1728). Therefore, it was possible for us to understand some forms of agency used by the Tremembé indigenous people in the Captaincy of Maranhão. However, many questions raised throughout the research have not yet been answered, which motivates its continuation.

KEYWORDS: Indigenous History; Agencies; Tremembé; Captaincy of Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fragmento do “Mapa Etno-histórico” de Curt Nimuendajú (2017 [1883-1845])	32
Figura 2 - “Mappa das cidades, villas, lugares e freguesias das capitánias do Maranhão e Piauí”	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Algumas das guerras justas ocorridas nos sertões do Maranhão e Piauí na primeira metade do século XVIII.	50
--	----

LISTAS DE SIGLAS

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

GAEP – Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. HISTÓRIA INDÍGENA: NOTAS SOBRE ESSE CAMPO DE ESTUDOS E PESQUISAS	22
3. POVO INDÍGENA TREMEMBÉ: ETNÔNIMOS E TRAÇOS CULTURAIS	31
4. AGENCIAMENTOS DO POVO INDÍGENA TREMEMBÉ NA CAPITANIA DO MARANHÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)	42
4. 1 Reflexões sobre a categoria agência	42
4. 2 Agência indígena do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (primeira metade do século XVIII)	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS:	65

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Agenciamentos do Povo Indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (primeira metade do século XVIII): das guerras ao aldeamento” surgiu a partir do Plano de Trabalho (Re)xistência dos povos indígenas no Município de Tutóia (MA), vinculado ao Projeto de Pesquisa – “Resistência dos povos indígenas na região do Baixo Parnaíba Maranhense”, coordenado pela Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira. Durante o ciclo (2021-2022) dessa pesquisa, foram reunidas diversas bibliografias sobre os indígenas¹ Tremembé, muitas das quais são referências importantes neste estudo.

É válido ressaltar que o pesquisador foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA durante 3 anos, desenvolvendo os planos de trabalho: (Re)construção da história indígena no Município Brejo: das guerras ao silenciamento (2020/2021); (Re)xistência dos povos indígenas no Município de Tutóia - (MA) (2021/2022); e Resistência dos Anapuru Muypurá na região do Baixo Parnaíba no período da colonização (séc. XVII) (2022/2023).

¹ É necessário justificar as nomenclaturas “índios”, “indígena”, “povos indígenas” e “povos originários” utilizadas ao longo deste trabalho. Não empregaremos o termo “índio” em nossas argumentações, tendo em vista que é um termo colonial e foi utilizado para homogeneizar os diversos povos indígenas, sejam pertencentes a um mesmo povo ou a povos distintos. Reconhecemos as críticas levantadas pelos movimentos indígenas em relação ao termo “índio”, optando por utilizar os termos que eles reivindicam e que respeitam as suas diferenças, tais como: “indígenas”, “povos indígenas” e “povos originários”. Importante ressaltar que não alteramos as identificações presentes nas fontes, com o intuito de manter o rigor no trato com os dados presentes na documentação e sobre essa documentação realizar uma análise crítica. Além disso, como aponta Daniel Munduruku, indígena do povo Munduruku, “[...] a palavra índio e indígena não é a mesma coisa. A maioria das pessoas acha que uma é derivação da outra, mas não é. A palavra índio, no próprio dicionário está dito isso, não estou inventado nada. A palavra índio é uma palavra inventada, não tem significado efetivo. Não existe essa palavra. Depois, se vocês tiverem curiosidade, procurem no dicionário, e vocês vão se surpreender que o primeiro significado que aparece lá que índio é o elemento químico número 49 da tabela periódica. Lindo isso, não é? Eu achei lindo isso aí. Já sou preguiçoso e tudo mais, e ainda sou também um elemento químico. Pena que não seja explosivo, não seja tão perigoso assim. E só depois é que se diz que a palavra é relativa aos primeiros habitantes, que também não diz absolutamente nada. Mas se você vai buscar a palavra indígena, você vai descobrir que indígena significa originário. Então, nesse sentido, nós somos indígenas, indígena Munduruku, indígena Xavante, enfim, toda essa nossa diversidade e serve para nós [...]”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s39FXY3JziE>. Acesso em: 14 de dez. 2023.

Além disso, a entrada no Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política - (GAEP/CNPq)² na linha de pesquisa “Etnologia” em 2020 possibilitou que o pesquisador conduzisse os planos de trabalhos mencionados acima até o ano de 2023. Durante esses três anos, o mesmo participou de diversos eventos acadêmicos nacionais e internacionais³, apresentou comunicações orais e banner, contribuiu na organização de mesas redondas e organização do I Encontro do GAEP sobre os povos indígenas: direitos, memórias e (re)existências, elaborou 4 artigos que foram publicados em anais de eventos⁴, realizou 4 idas a campo ao município de Brejo - MA, desenvolveu resumos dos textos que estavam sendo discutidos nas reuniões do GAEP e três relatórios técnicos de pesquisa.

O pesquisador teve contato inicial com o campo de estudos e pesquisas História Indígena por meio de um projeto inédito desenvolvido em 2019 pela Profa.

² O Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política (GPEAEP-CNPQ) é liderado pela Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira. O mesmo possui duas linhas de pesquisas: a primeira é intitulada de Etnologia que se “dedica a estudos sobre os povos originários e suas diversidades culturais, sociais, históricas, linguísticas e ontológicas a partir de uma perspectiva interdisciplinar com ênfase na Antropologia”; e a segunda é intitulada Teorias Feministas e Questões de Gênero que se “dedica a refletir sobre as teorias feministas, os estudos de gênero e a teoria queer a partir de uma perspectiva interseccional, pós-estruturalista e decolonial com ênfase na Antropologia”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CmoaQmwuaGw/>. Acesso em: 03 de dez. de 2023.

³ O pesquisador participou na condição de ouvinte dos seguintes eventos: III SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS – Direitos Originários, territorialidade e meio ambiente, realizada pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indio-descendentes do IFMA - Campus Timon, no ano de 2021; II Ciclo de Debates da Disciplina de Gênero do PGCult - UFMA: Mulheres indígenas - gênero, etnia e cárcere, promovido pela disciplina Gênero, Cultura e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (PGCult - UFMA), realizado em 2021; COLÓQUIO INTERNACIONAL: OS INDÍGENAS E AS JUSTIÇAS NO MUNDO IBERO-AMERICANO, realizado em 2021; Mesa de debate Visibilidade Perspectiva Indígena, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, em 2021; II SEMINÁRIO POVOS ORIGINÁRIOS EM PROCESSO DE RETOMADA, realizado em 2021; I Colóquio Internacional OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA–ANPUH/PIAUÍ, organizado pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários – PREX, realizado em 2021.

⁴ Ao longo dos três anos como bolsistas, o pesquisador desenvolveu 4 artigos que foram publicados em anais de eventos, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira. O primeiro artigo é intitulado (Re)construção da história indígena do Povo Anapuru Muypurá: guerras, silenciamentos e resistência (2021) Disponível em: <https://procad.semanaacademicapgcult.shcomunicacao.com/>. Acesso: 23 de nov. de 2023. O segundo tem como título As Heteroidentificações sobre os povos ameríndios na região do Baixo Parnaíba Maranhense (2021). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1eQLifaaVc8Mbp9aXZ3EFYjL_DzceadE5/view. Acesso: 23 de nov. de 2023. O terceiro é nomeado de (Re)existência dos povos indígenas no município de Tutóia - (MA) (2022). Disponível: https://drive.google.com/file/d/1G7IXPYqsvW1XOFaGX_jM11lwB3kLiJbD/view. Acesso: 23 de nov. de 2023. O último é intitulado Uma outra história: Silenciamento da história indígena no Município Brejo – (MA) (2023). Disponível: <https://www.encontrohumanistico.ufma.br/wp-content/uploads/2024/01/Ebook-do-Encontro-Humanistico-2023.pdf>. Acesso em: 08 de jan. de 2023.

Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira, intitulado “História Indígena na microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense”, que visava “realizar a (re)construção da história dos povos ameríndios da microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense na interface entre a História e Antropologia”.

A proposta inédita desta pesquisa era (e ainda é) contribuir para a história indígena do Baixo Parnaíba Maranhense⁵, buscando revisitar a história oficial através da ótica dos povos nativos, explorando suas alianças, inimizades, guerras, fugas, estratégias, o que, por sua vez, viabiliza a construção de uma outra história onde os indígenas são sujeitos ativos.

Um discurso ainda presente sustenta que os colonizadores europeus aportaram no Brasil, negociaram territórios com os povos indígenas e estes, supostamente, concordaram pacificamente, sem apresentar qualquer forma de resistência. Contudo, é crucial compreender que, diante dos processos de invasão e colonização, os povos indígenas não se submeteram pacificamente; ao contrário, eles resistiram, aliaram-se, negociaram e guerrearam.

No âmbito da pesquisa (Re)xistência dos povos indígenas no município de Tutóia - (MA), evidenciou-se que nesse território teve e tem a presença indígena do povo Tremembé, que é comprovada por diversos trabalhos (Borges, 2010; Marques, 1870; Nimuendajú, 2017 [1883-1845]; Pompeu Sobrinho, 1951). Dessa maneira, o pesquisador focou a pesquisa nos indígenas Tremembé, mas ao longo das discussões citou outros povos que possuíam (e ainda possuem) alianças com eles. Também foi identificado durante a pesquisa, as formas de resistências empreendidas pelos Tremembé, como: as alianças, trocas, lutas e a solicitação dos seus aldeamentos.

A partir dos resultados proveitosos da pesquisa sobre os indígenas Tremembé no município de Tutóia – (MA), o pesquisador decidiu, a partir de uma sugestão da sua orientadora, dar continuidade à pesquisa e ampliar a análise para a Capitania do Maranhão, considerando que o espaço geográfico da mesma era atravessado pela presença do povo indígena Tremembé, como consta no mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes de Nimuendajú (2017 [1883-1845]). Diante da ampliação do foco de análise, a principal problemática que motivou a pesquisa

⁵ “O Território da Cidadania Baixo Parnaíba - MA está localizado na região Nordeste e é composto por 16 municípios: Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araiões, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santana do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia e Urbano Santos” (BRASIL, 2015).

residiu em buscar quais foram os agenciamentos do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (Primeira metade do século XVIII), visto que isso possibilitaria a compreensão das *agências* desses indígenas diante dos processos coloniais que estavam ligados as *estruturas* de dominação.

Tendo em vista a problemática deste estudo, definiu-se como objetivo geral compreender os agenciamentos do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (primeira metade do século XVIII). Quanto aos objetivos específicos, buscou-se apresentar algumas notas sobre o campo de estudos e pesquisas História Indígena, identificar nos documentos coloniais e trabalhos acadêmicos os etnônimos e traços culturais do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (primeira metade do Século XVIII) e mapear as formas de *agências* do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (primeira metade do século XVIII).

Este estudo se justifica por sua relevância acadêmica e social. No que concerne a sua relevância acadêmica, proporciona um levantamento de dados e referências sobre os indígenas Tremembé na Capitania do Maranhão, haja vista que o pesquisador reuniu vários trabalhos acadêmicos sobre esse povo e, também, contribui para o debate no campo de estudos e pesquisas História Indígena, tendo vista que o estudo demonstra as formas de *agências* dos indígenas Tremembé diante das frentes coloniais.

No tocante a sua relevância social, este trabalho pode contribuir para o movimento de retomada dos indígenas Tremembé no atual Estado Maranhão. É importante mencionar os grupos que lutam pelo seu reconhecimento enquanto indígenas Tremembé neste Estado: os Tremembé de Raposa, residentes no município de Raposa – MA; e os Tremembé de Engenho, que vivem em São José de Ribamar – MA.

Todavia, devido à limitação do trabalho, não iremos abordar sobre as suas resistências contemporâneas, por isso indicamos os seguintes trabalhos: a Dissertação intitulada *Povo Tremembé: deslocamentos territoriais e formas de mobilização étnica*⁶ (2019), desenvolvida por Rosa Eliana Torres, conhecida por seu nome étnico Rosa Tremembé; e o artigo “*Nós somos uma resistência, não só no*

⁶ O trabalho de Rosa Eliana Torres tem como objetivo “trazer uma reflexão acerca das situações vividas pelos Tremembé que se deslocaram de Almofoala no Ceará, para Raposa no Maranhão” (Torres, 2019, p. 3). Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wpcontent/uploads/2019/02/POVO-TREMEMP%C3%89-DESLOCAMENTOS-TERRITORIAIS-E>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

Brasil, mas no mundo”: a luta do Tremembé dos Engenho (2019)⁷, escrito pela Elizabeth Maria Beserra Coelho. Além disso, este estudo pode contribuir para um futuro processo de retomada ou afirmação étnica de indígenas Tremembé no município de Tutóia – MA, considerando o processo de aldeamento desse povo nessa região.

Em relação a metodologia, o presente trabalho tem como abordagem uma pesquisa qualitativa. Quanto aos objetivos é classificada como exploratória, uma vez que:

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 2002, p. 41).

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental. Em relação à pesquisa bibliográfica, analisou-se trabalhos acadêmicos que tratam sobre os indígenas Tremembé na Capitania do Maranhão, de caráter interdisciplinar, articulando História e Antropologia. Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica é considerada uma fonte de coleta de dados secundária, pode ser definida como: contribuições culturais ou científicas realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado.

Já em relação à pesquisa documental, segundo Lakatos e Marconi (2001), é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Tal pesquisa foi desenvolvida em âmbito virtual nos sites das bibliotecas e museus (inter)nacionais, (Arquivo Histórico Ultramarino – AHU e Biblioteca Digital Nacional Brasil - BDNB), nos arquivos públicos nacionais (Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM), e de sites de documentos antropológicas e linguísticos (Biblioteca Digital Curt Nimuendajú) que disponibilizam seu material para fins acadêmicos.

⁷ O artigo de Elizabeth Maria Beserra Coelho (2019, n. p) tem como objetivo abordar “a luta dos Tremembé por reconhecimento étnico e direitos territoriais, tomando como referência os Tremembé do Engenho (São José de Ribamar - MA). Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_497_4975cb9bda858855.pdf. Acesso: 17 de nov. 2023.

Assim, na seção 2, apresentamos algumas notas sobre o campo de estudos e pesquisas História Indígena. Inicialmente, discutimos sobre a origem da Etnohistória a partir do artigo de Thiago Leandro Vieira Cavalcante (2021). Em seguida, destacamos um dos marcos históricos que ajudaram para o desenvolvimento da História Indígena e alguns intelectuais que contribuíram para esse campo, como: Maria Manuela Ligeti Carneiro da Cunha, John Manuel Monteiro e Maria Regina Celestino de Almeida. Citamos ainda, João Pacheco de Oliveira (1998), que propôs que os pesquisadores do Nordeste e de outras regiões do mundo deveriam buscar caminhos para uma possível “antropologia histórica”.

Na terceira seção, identificamos, por meio das fontes, a localização de ocupação dos Tremembé na Capitania do Maranhão, bem como os etnônimos e alguns traços culturais desse povo.

A quarta seção é dedicada a mapear as formas de agenciamentos do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (Primeira metade do século XVIII). De início, apresentamos reflexões sobre a categoria agência a partir dos seguintes teóricos: Anthony Giddens (2003), Pierre Bourdieu (2003) e Sherry Beth Ortner (2006). Em seguida, abordamos, em linhas gerais, sobre a conquista e ocupação da Capitania do Maranhão. Antes de adentrar no objetivo do capítulo, citamos alguns fatos ocorridos com os indígenas Tremembé na Capitania do Maranhão no século XVII. Por fim, mapeamos as agências desses indígenas no século XVIII, seguindo uma certa cronologia dos fatos.

Nas considerações finais, retomamos os principais resultados obtidos ao longo dos capítulos. Também pontuamos sobre a principal dificuldade que o pesquisador se deparou ao longo da pesquisa.

2. HISTÓRIA INDÍGENA: NOTAS SOBRE ESSE CAMPO DE ESTUDOS E PESQUISAS

O objetivo desta seção é apresentar algumas notas sobre o campo de estudos e pesquisas História Indígena, em que este TCC está inserido, permitindo, portanto, uma compreensão concisa das discussões levantadas por teóricos que influenciaram gerações subsequentes de pesquisadores nas áreas da Antropologia, História, Arqueologia, Linguística, entre outras. Previamente a isso, serão expostas algumas observações sobre a Etno-história que se tornou um método interdisciplinar.

A Etno-história se desenvolveu nos Estados Unidos da América – (EUA) como um campo de estudos e pesquisas. Entretanto, devido a algumas problemáticas, os acadêmicos envolvidos no debate chegaram a um consenso que seria mais apropriado utilizá-la como um método interdisciplinar. De acordo com Cavalcante (2011, p. 351), o termo Etno-história foi inicialmente cunhado em 1909 pelo Antropólogo Americano Clark David Wissler, que “[...] o empregou para se referir à utilização de documentos escritos e dados arqueológicos para a reconstrução da história de culturas indígenas [...]”.

Cavalcante (2011) argumenta que a Etno-história, em seus primórdios, estava associada aos estudos de sociedades culturalmente “não-ocidentais” e “ágrafas” e, segundo ele, “[...] pretendia-se que fosse a história de povos ágrafos escrita a partir de fontes produzidas por outros povos, predominantemente, portanto, em situação colonial. [...] a etno-história estava próxima de ser uma espécie de “história dos povos sem história” (Cavalcante, 2011, p. 351). No entanto, essa definição, para o autor, foi posta em questão por Rojas (2008), que argumentou que diversas culturas nativas da América eram “essencialmente oral”, embora muitos povos tenham sido “alfabetizados” durante os processos de colonização. Assim, o termo foi ampliado para abarcar os estudos sobre esses povos.

O autor cita um marco histórico que impulsionou o desenvolvimento da Etno-história na América do Norte, nomeadamente a proclamação pelo Congresso dos Estados Unidos da Indian Claim Act, que facultava aos indígenas compensações pelas terras das quais haviam sido despojados sem a existência de qualquer tratado (Rojas, 2008; Carmack, 1979; Ase, 2010 apud. Cavalcante, 2011, p. 252). Esse marco histórico instigou a realização de pesquisas no campo da Etno-história, com

antropólogos predominando entre os pesquisadores que se dedicaram aos estudos das reivindicações dos povos da América do Norte.

No contexto brasileiro, Cavalcante (2011) menciona a promulgação da Constituição Federal de 1988-CF-88, a qual, no “CAPÍTULO VIII – Dos Índios”, passou a garantir alguns direitos aos povos indígenas, incluindo o Art. 231 que estabelece: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”⁸. Segundo o autor, esse marco desencadeou uma demanda e valorização de pesquisas diacrônicas sobre os povos indígenas.

É crucial ressaltar a contribuição dos movimentos indígenas na consolidação de seus direitos na Constituição, destacando-se o discurso proferido durante a Assembleia Constituinte Nacional em 1987⁹ pelo coordenador da campanha “Índios na Constituinte”, o indígena Ailton Alves Lacerda Krenak, conhecido como Ailton Krenak. As lutas empreendidas pelos movimentos indígenas foram também importantes para o desenvolvimento do campo de estudos e pesquisas história, pois os povos indígenas passaram a reivindicar juridicamente os seus direitos a partir da promulgação da Constituição de Federal de 1988.

No artigo “Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas” (2014), Lúcio Tadeu Mota propõe uma análise aprofundada da história indígena, com ênfase em suas raízes norte-americanas. Apesar desse enfoque na América do Norte, o autor reflete sobre o interesse crescente pela história indígena no Brasil, argumentando que esse interesse foi impulsionado pelo debate em torno do lugar dos povos indígenas na sociedade brasileira, durante as discussões sobre a promulgação da Constituição de 1988.

Mota (2014) destaca, em seu texto, algumas reuniões e seminários realizados no Brasil, na década de 1980, abordando os “direitos das populações indígenas”. Ele menciona, especificamente, duas reuniões organizadas pelo antropólogo brasileiro Silvio Coelho dos Santos em Santa Catarina – RS, sendo a primeira realizada em outubro de 1980 e a segunda em setembro de 1983. O autor também enfatiza os

⁸ O discurso do indígena Ailton Alves Lacerda Krenak, conhecido como Ailton Krenak, na Assembleia Nacional Constituinte – 1987 está disponível no Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ildN6lyXDNE>. Acesso em: 13 de out. de 2023.

⁹ A Constituição da República Federativa de 1988 pode ser acessada no site do Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/>. Acesso: 13 de out. 2023.

grupos de trabalho coordenados pela antropóloga brasileira Maria Manuela Ligeti Carneiro da Cunha, incluindo o Grupo de Trabalho – (GT) na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – (ANPOCS) e na Associação Brasileira de Antropologia – (ABA).

A partir da década de 1990, os estudos sobre os povos indígenas da América sofreram transformações, impulsionadas também pelo avanço dos programas de Pós-Graduação. Nesse contexto, surgiu o campo de estudos e pesquisas História Indígena o qual, conforme Cunha (2019), se desenvolveu paralelamente em conjunto aos estudos sobre “Indigenismo” no âmbito do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo – (NHII)¹⁰, criado em 1985 na Universidade de São Paulo – (USP), com a colaboração da Universidade Estadual de Campinas – (UNICAMP). É oportuno mencionar ainda, que mesmo após a saída de Manuela C. da Cunha dessa instituição, diversas iniciativas conjuntas foram empreendidas, notadamente após a chegada do historiador John Manuel Monteiro à UNICAMP (Cunha, 2019).

Em 1992, foi publicado o livro intitulado *História dos Índios no Brasil* durante as comemorações do Centenário da chegada de Colombo à América. A obra, organizada pela Manuela C. da Cunha, reuniu uma pluralidade de estudos elaborados por Antropólogos, Linguistas, Historiadores e Arqueólogos do Brasil, da América Latina e dos Estados Unidos da América – (EUA).

Embora não abordaremos os capítulos específicos da obra organizada pela Antropóloga, é fundamental destacar a importância do texto intitulado *Introdução à uma História Indígena*, escrita pela própria organizadora. Ela ilustrou que os trabalhos contidos no livro são “[...] fragmentos de conhecimento que permitem imaginar, mas não preencher as lacunas de um quadro que gostaríamos que fosse global” (Cunha, 1992, p. 11). Apesar dessa modéstia da autora, é inegável que esses trabalhos desempenharam e ainda desempenham um papel fundamental nas discussões teóricas do campo de estudos e pesquisas História Indígena.

Cunha (1992) enfatiza que os conhecimentos presentes na obra são cruciais para evitar certas “armadilhas”, destacando a principal delas: a “ilusão do primitivismo”.

¹⁰ O Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII), em 2011, foi incorporado o então criado Centro de Estudos Ameríndios (CEstA/USP). Disponível em: <https://cesta.flch.usp.br/>. Acesso: 25 de ago. de 2023.

Na segunda metade do século XIX, essa época de triunfo do evolucionismo, prosperou a ideia de que certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução, e que eram, portanto, algo como fósseis vivos que testemunharam o passado das sociedades ocidentais. Foi quando as sociedades sem Estado se tornaram, na teoria ocidental, sociedades “primitivas” condenadas a uma eterna infância (Cunha, 1992, p. 11).

Conforme delineado, as premissas fundamentadas no evolucionismo foram empregadas para afirmar a suposta “primitividade” das sociedades indígenas e que elas estavam presas à “infância” da humanidade. Cunha (1992, p. 11) cita o Historiador Adolfo de Varnhagen (1978 [1854, p. 30]), que sustentava que só poderia ser feita etnografia sobre os povos indígenas porque eles não tinham história. No entanto, a autora apresenta argumentos sólidos para afirmar que a história está presente nas sociedades indígenas.

Ademais, Cunha (1992, p. 12, 13 e 14) traça um panorama abrangente do início da colonização, abordando as “mortandades” causadas pelas epidemias, as “guerras indígenas”, as “guerras da conquista” e “apresamento” como fatores que contribuíram para a “catástrofe demográfica da América” e, também, cita outros fatores. A autora aborda ainda sobre as políticas indigenistas desde o período da colonização até a Constituição Federal de 1988, que reconheceu alguns direitos conquistados através da mobilização dos movimentos indígenas. É importante ressaltar que Cunha (1992, p. 18), enfatiza que os indígenas são agentes de suas próprias histórias e não meras vítimas, como frequentemente foram retratados.

John Manuel Monteiro, por sua vez, trilhou o caminho de estudos focados em trazer os indígenas para a historiografia oficial. Ele explorou essa abordagem em sua tese de livre docência *TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES: Estudos de História Indígena e do Indigenismo* (2001), na qual destacou que havia uma resistência de colocar os indígenas no “palco” da historiografia oficial e que tais estudos e pesquisas eram exclusivos da Antropologia. De acordo com o autor, “[...] o isolamento dos índios no pensamento brasileiro, embora já anunciado pelos escritores no período Colonial, começou a ser construído de maneira mais definitiva a partir da elaboração inicial da historiografia nacional, em meados do século XIX” (Monteiro, 2001, p. 4).

Segundo Monteiro (2001), a ideia de que os povos indígenas não tinham história e estavam fadados “a não ter futuro” se solidificou nos estudos dos pioneiros da historiografia brasileira, permeando as políticas indigenistas do Império. O autor ressalta que ainda,

[...] parecem prevalecer entre os historiadores brasileiros ainda hoje duas noções fundamentais que foram estabelecidas pelos pioneiros da historiografia nacional. A primeira diz respeito à exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos: são, antes, do domínio da antropologia, mesmo porque a grande maioria dos historiadores considera que não possui as ferramentas analíticas para se chegar nesses povos ágrafos que, portanto, se mostram pouco visíveis enquanto sujeitos históricos. A segunda noção é mais problemática ainda, por tratar os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento (Monteiro, 2001, p. 4).

De acordo com a citação, percebe-se que os historiadores da “historiografia oficial” eram influenciados pela corrente do evolucionismo, a qual considerava os indígenas como povos sem história e que poderiam desaparecer.

Assim como John M. Monteiro, Maria Regina Celestino de Almeida (2017) enfatiza a importância de discutir sobre a atuação dos indígenas na história do Brasil. Este feito é evidenciado em seu artigo *A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas* (2017), no qual ela apresenta as mudanças resultantes da incorporação dos indígenas como protagonistas, ressaltando a relevância acadêmica, social e política dessa prática.

A autora chama a atenção para o lugar dos indígenas na História, destacando que “os índios sempre estiveram na história do Brasil, porém, *grosso modo*, como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos” (Almeida, 2017, p. 18-19). Portanto, não era levado em consideração as diversas formas de resistências, tais quais alianças com outros povos, os interesses em estabelecer acordos com os colonizadores e os próprios pedidos deles para se aldearem.

De acordo com Almeida (2017):

[...] As narrativas de conquista e colonização enalteciam a ação heroica e desbravadora dos portugueses, enquanto os índios pareciam ser facilmente vencidos, catequizados e transformados por eles. Nos anos 1960 e 1970, uma historiografia de base marxista, propulsora da chamada história dos vencidos, criticava essas abordagens com denúncias sobre as atrocidades cometidas contra os índios. Desconstruíam o caráter heroico dos nossos colonizadores, porém mantinham a perspectiva anterior de supervalorização de seu desempenho, na medida em que consideravam os índios como vítimas incapazes de agir diante da violência de um sistema no qual não tinham outra alternativa a não ser a fuga, a morte pela rebeldia ou a submissão aos dominadores. A mensagem subjacente em narrativas como essas, nas quais um grupo, na condição de herói ou de vilão, vencia, dominava e anulava o outro enquanto agente social, parece bem clara na afirmação da superioridade de uns sobre os outros (Almeida, 2017, p. 19-20).

Neste ponto, a autora ressalta a importância da historiografia de base marxista, mas, simultaneamente, critica-as por reforçar as “histórias dos vencidos” e colocava os indígenas como vítimas de todo o processo de colonização. As narrativas que seguiam essa linha de pensamento foram utilizadas para reforçar o silenciamento e apagamento das histórias indígenas.

Os teóricos mencionados destacam que a história do Brasil foi construída a partir da ideia de uma narrativa de “extinção” e “assimilação” dos povos originários. Portanto, é imperativo superar essas noções para construir uma nova narrativa, que valorize os povos originários enquanto sujeitos de suas próprias histórias e, assim, romper com ideia arraigada do silenciamento e da “extinção” dos povos nativos.

Além disso, outro teórico fundamental para este estudo é o antropólogo brasileiro João Pacheco de Oliveira, que, em seu artigo *Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais* (1998), salientou que os povos indígenas do Nordeste, no contexto do século XX, não foram estudados com um devido interesse pelos etnólogos brasileiros, pois faziam parte de uma “etnologia menor”, uma vez que não estavam inseridos nos grandes debates da antropologia naquele período (Oliveira, 1998, p. 47).

Oliveira (1998) sugere que o exercício de investigação e reflexão de pesquisadores no Nordeste, assim como em outras regiões do mundo, deveriam se empenhar em buscar caminhos para uma possível “antropologia histórica”. Este estudo pode ser relacionado aos estudos em história indígena, conforme discutido acima.

Para uma compreensão mais aprofundada da “Antropologia Histórica”, exploraremos alguns pontos apresentados por João Pacheco de Oliveira e Pablo Quintero no artigo *Para uma Antropologia Histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas*, utilizado como introdução na publicação intitulada *HA58 - Antropologia histórica e povos indígenas*, lançada em 2020 pela Revista Horizontes Antropológicos¹¹, que é um periódico quadrimestral publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

¹¹ A coletânea “HA58 - Antropologia histórica e povos indígenas” pode ser encontrada na revista online “Horizontes Antropológicos”. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/horizontesantropologicos/announcement/view/1348>. Acesso em: 04 de out. 2023.

No subtópico intitulado *Um Horizonte em Construção*, é possível compreender o que os autores denominam como “Antropologia Histórica”, pois afirmam que esse campo de estudo “[...] está aberto a novos temas, métodos de investigação e protocolos de conhecimento (Oliveira e Quintero, 2020, p. 16-17). Em relação aos povos indígenas, os autores enfatizam que:

“[...] tal abordagem pretende contribuir para a visibilização e o protagonismo desses povos como atores políticos e sociais dentro de situações históricas específicas, em um movimento analítico no qual a consideração da cultura não implica o abandono da historicidade nem a omissão da reflexividade (Oliveira e Quintero, 2020, p. 16-17).

Esta citação destaca a importância de uma abordagem que efetivamente contribua para a visibilidade e o protagonismo dos povos indígenas dentro do campo de estudos da “Antropologia Histórica”, reconhecendo-os como sujeitos ativos. Oliveira e Quintero (2020) destacam ainda, a importância de não objetivar os povos indígenas.

Ao falarmos em povos indígenas não estamos procedendo a uma objetificação redutora, como ocorre nas práticas administrativas das agências governamentais, que apenas consideram como efetivamente “índios” aqueles que habitam no interior de terras indígenas reconhecidas pelo Estado, estando de algum modo sujeitos ao regime tutelar (ainda que a assistência fornecida lhes seja precária ou omissa) (Oliveira e Quintero, 2020, p. 16).

Os autores ressaltam a importância de uma abordagem mais abrangente sobre os povos indígenas e que respeite as relações vivenciadas pelos mesmos em diferentes contextos, tendo em vista que muitos não vivem em terras indígenas demarcadas pelo estado e, quando vivem, estes são sujeitos ao “regime tutelar”. Ainda na introdução do trabalho, eles destacam o seguinte:

[...] Este número de *Horizontes Antropológicos* contempla um conjunto de artigos que, abarcando uma grande diversidade de temáticas e enfoques, demonstra a variedade e a amplitude das pesquisas feitas a partir da antropologia histórica. Em particular, tais trabalhos interessam-se por reconstruir trajetórias e processos dos povos indígenas, resgatando os diferentes e complexos contextos situacionais que abrangem essas populações dentro de marcos espaço temporais mais amplos. Longe de considerar as sociedades indígenas como sujeitos sociais passivos, os artigos deste número retratam múltiplas modalidades de agencialidades indígenas, inclusive dentro de conjunturas estruturais sumamente adversas, demarcadas por múltiplas situações coloniais (Oliveira e Quintero, 2020, p. 18).

Este conjunto de trabalhos reunidos na revista “Horizontes Antropológicos” apresenta pesquisas que demonstram abordagens fundamentadas na Antropologia

Histórica, conferindo relevância às discussões promovidas por esse campo de estudos. Essas pesquisas vão além de uma revisão histórica, pois buscam reconstruir as trajetórias e processos das comunidades e povos indígenas. Além disso, elas têm habilidade de resgatar os intrincados e multifacetados contextos situacionais que abrangem esses povos, contextualizando-os em marcos espaciais e temporais.

O que torna essas contribuições importantes é o fato de que elas rejeitam a visão estereotipada dos povos indígenas como sujeitos sociais passivos e subjugados. Pelo contrário, os artigos reunidos em "Horizontes Antropológicos" destacam a diversidade das agências indígenas, ilustrando como os povos não apenas sobreviveram, mas também resistiram de maneira engenhosa, mesmo dentro de conjunturas estruturais altamente adversas, frequentemente moldadas por múltiplas situações coloniais.

Nesta seção, procedemos com uma exploração geral do campo de estudos e pesquisas denominada "História Indígena", oferecendo uma análise a partir de autores e autoras que contribuíram de maneira significativa para esse campo. Inicialmente, abordou-se a definição e origem da Etno-história através do artigo de Cavalcante (2011), que levantou várias problemáticas pertinentes a esse conceito, e também destacamos os dois fatos históricos que impulsionaram o desenvolvimento da "História Indígena" tanto nos Estados Unidos da América (EUA) quanto no Brasil.

Destarte, discutiu-se as contribuições ao campo da "História Indígena" a partir do livro *História dos Índios no Brasil* (1992) organizado pela Manuela C. da Cunha, enfatizando o texto intitulada *Introdução à uma História Indígena*, que contextualizou a história indígena no Brasil na década de 90, ressaltando a importância de abordá-la de forma crítica e interdisciplinar. Além disso, analisamos as reflexões do Historiador John M. Monteiro, que procurou incorporar os indígenas à historiografia oficial, como evidenciado em sua tese de livre docência *TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES: Estudos de História Indígena e do Indigenismo* (2001).

Seguindo os passos de John M. Monteiro e apresentando novas questões e reflexões, Maria Regina Celestino de Almeida (2017) enfatiza a importância de discutir a atuação dos indígenas na história do Brasil. Outro teórico supracitado acima é o antropólogo João Pacheco de Oliveira (1998), que propôs que os pesquisadores do Nordeste e de outras regiões do mundo deveriam buscar caminhos para uma possível "antropologia histórica". O autor aprofundou essa ideia

em conjunto com Pablo Quintero no artigo *Para uma Antropologia Histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas* (2020).

Munidos com este referencial teórico que nos dão sustentação para discutir sobre a História Indígena, especificamente do povo Tremembé, buscaremos, em seguida, identificar os etnônimos e traços culturais desse povo, possibilitando que possamos tratar destes aspectos a partir dos documentos coloniais e trabalhos acadêmicos. Ademais, identificaremos a localização de ocupação do povo Tremembé através de mapas e das referências bibliográficas.

3. POVO INDÍGENA TREMEMBÉ: ETNÔNIMOS E TRAÇOS CULTURAIS

Esta seção tem por finalidade identificar nos documentos coloniais e trabalhos acadêmicos os etnônimos e traços culturais do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (primeira metade do Século XVIII). Além disso, pontuaremos sobre a localização de ocupação desse povo.

O povo indígena Tremembé ocupava a Costa Leste-Oeste Brasileira como é demonstrado na tese de doutorado da historiadora Jóina Freitas Borges (2010). Dada essa ocupação ao longo desse grande território, produziu-se muitos trabalhos acadêmicos sobre eles, principalmente, no Estado do Ceará. Isso pode ser explicado pelos processos de etnogênese¹² e/ou reafirmação étnica empreendidos pelos próprios indígenas, ocasionando assim uma demanda por pesquisas que contestassem a “ideia de extinção” imposta aos povos originários do Estado do Ceará, bem como de outros estados brasileiros.

No contexto do Estado do Maranhão, as referências são poucas e não analisam as formas de *agências* adotadas pelo povo Tremembé contra o avanço e ocupação dos colonizadores em seus territórios. Um exemplo destas referências é o artigo *Os Senhores Absolutos de toda a Costa foram Aldeados: O estabelecimento da aldeia dos Tremembé e o conflito com os curraleiros (SÉCULO XVII-XVIII) (2010)*, de Vanice Siqueira de Melo, que tem como objetivo “[...] discutir a organização do aldeamento, na Tutoia, dos índios Tremembé no século XVIII e a emergência de uma nova territorialidade desses índios que se manifesta na luta pela manutenção do aldeamento” (Melo, 2010, p. 760).

O artigo de Melo (2010) é uma referência importante pois a autora identificou muitas fontes documentais que tratam sobre o povo indígena Tremembé, dando ênfase as que tratam acerca dos conflitos entre eles e os curraleiros que estavam tentando tomar posse do território onde foram aldeados.

O povo Tremembé ocupava o litoral da Capitania do Maranhão e, na primeira metade do século XVIII, foram aldeados em São Luís e, depois, em Tutóia, como é

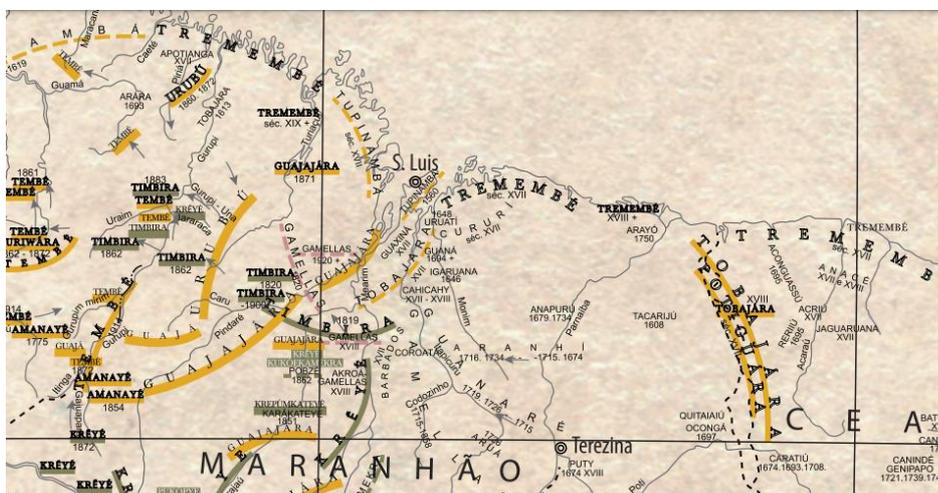
¹² O conceito de etnogênese foi muito debatido na Antropologia, de acordo com Miguel Alberto Bartolomé (2006, p. 39), ele é utilizado, de maneira geral, para se referir aos diferentes processos protagonizados por grupos ou povos. “[...] O conceito foi cunhado para dar conta do processo histórico de configuração de coletividades étnicas com o resultado de migrações, invasões, conquistas, fissões ou fusões. [...] mais recentemente, passou a ser usado também na análise dos recorrentes processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação”. A discussão sobre a etnogênese é apresentada pelo autor no seu artigo *As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/fGbD5TshWkCbCXScWRZt9hGH/>. Acesso: 15 de out. de 2023.

citado por uma variedade de fontes, incluindo mapas cartográficos e etno-histórico, documentos coloniais presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Teses, Dissertações e Monografias. Um destaque significativo dessas fontes é o “Mapa Etno-Histórico do Brasil e regiões adjacentes (1883-1945)” do etnólogo Curt Nimuendajú (2017 [1883-1845]). Na introdução desse trabalho, Kátia Santos Bogéa discorre que:

[...] é exemplo perfeito da noção de Documento/Monumento, conforme conceituado pelo historiador Jacques LeGoff. Elaborado pelo etnólogo germano-brasileiro Curt Nimuendajú, trata-se de uma obra indispensável para o conhecimento da diversidade etnolinguística das chamadas terras baixas da América do Sul. É referência inescapável para a etnologia das populações indígenas atuais e daquelas que sucumbiram no processo de colonização do território brasileiro. Como um Sísifo tupiniquim, Nimuendajú deu pontapé inicial para um empreendimento aparentemente impossível de se realizar: sintetizar e organizar de modo didático um conjunto quase interminável de dados sobre localização, migrações, etnônimos e famílias linguísticas dos povos indígenas habitantes do Brasil (Nimuendajú, 2017 [1883-1945], p. 7).

Ressalta-se que o trabalho feito por Curt Nimuendajú (2017 [1883-1845]) é fundamental para o entendimento da diversidade linguística das terras baixas da América do Sul, sendo uma referência para a etnologia dos povos indígenas, tanto os atuais quanto aqueles que foram afetados durante o processo de colonização no que hoje se configura como Brasil. Ainda na citação, é apontado que Curt Nimuendajú tentou sintetizar e organizar de maneira didática uma vasta quantidade de dados referentes as localizações, etnônimos e famílias linguísticas dos povos indígenas do Brasil e de outras regiões. Observe a (**Figura 01**).

Figura 1 - Fragmento do “Mapa Etno-histórico” de Curt Nimuendajú (2017 [1883-1845])



Fonte: Nimuendajú (2017 [1883-1845]).

No fragmento do “Mapa Etno-histórico” é possível identificar a presença dos Tremembé em algumas regiões costeiras do que faz parte atualmente do Estado do Maranhão, bem como na região correspondente ao atual Baixo Parnaíba Maranhense. Nesse contexto, são identificados os seguintes povos: Tremembé no século XVIII, em Tutóia; os Araiós 1750 (XVIII), no município de Araiões; e os Anapurú de 1679 a 1734 (XVIII), no município de Brejo.

Apesar de se tratar de mapa etno-histórico que cita a localização dos povos indígenas no Brasil, os seus troncos linguísticos e os anos e séculos em que eles estavam em determinadas regiões, Curt Nimuendajú não identificou o tronco linguístico a que pertencem os povos indígenas da região que se configura como Baixo Parnaíba Maranhense, como mencionado acima.

A hipótese que poderia explicar este fato é que durante os processos de colonização alguns indígenas foram deixando de falar as suas línguas, devido as imposições que sofreram, principalmente nos aldeamentos, onde foram “catequisados” e tiveram que se adaptar aquela nova realidade.

Também pode ser explicado pela falta de interesse dos colonizadores em entender as culturas dos povos indígenas, resultando na omissão das informações nos documentos sobre as línguas desses povos. Isso se justifica pelo fato de os colonizadores terem projetos que foram sendo adaptados ao contexto e às “relações” com os povos indígenas com vistas a explorar, dominar e ocupar os territórios desses povos.

Outro documento relevante é o “Mappa das cidades, villas, lugares e freguesias das capitâneas do Maranhão e Piauí”. O título do documento está escrito em português arcaico, em que cito: “vindo-se pela notícia dos mortos e nascidos, no conhecimento do augmento da população desde XVIII de fevereiro de MDCCLXXXIII, até XVII de dezembro de MDCCLXXXVII, que foy o tempo que as governou José Telles da Silva” (**Figura 02**).

O mapa foi confeccionado durante o governo de José Telles da Silva entre os anos de 1784 à 1787, enquanto ele ocupava o cargo de governador e capitão-geral do Estado do Maranhão. Mairton Celestino de Almeida (2016) afirma que José Teles da Silva ascendeu ao cargo de governador e capitão-geral do Estado do Maranhão

O mapa em questão constitui uma representação cartográfica que traz dados sobre os habitantes das cidades, vilas, lugares e freguesias das capitânicas do Maranhão e Piauí. Inicialmente, são fornecidas estimativas de homens “capazes de pegar em Armas, entre brancos, escravos, índios, e mulatos”, somando 25.590 na Capitania do Maranhão e 14.310 na Capitania do Piauí. Além disso, há uma contagem de 189 indivíduos pertencentes às categorias de “Frades, Clérigos e Minoristas”.

Subsequentemente, o registro contempla a presença de indivíduos com idade superior a 100 anos, no total de 15 pessoas, além de casal com a mesma idade, 84 anos. No registro final, o censo total das duas capitânicas é apresentado, revelando a presença de 98.743 habitantes, sendo 57.556 “Escravos de ambos os sexos”, 1.145 “Mulatos e Pretos forros dos dois sexos”, 9.804 “Índios de ambos os sexos” e 30.238 “Branco de ambos os sexos”. É essencial observar que a contagem da população indígena se restringe aos residentes das “vilas de índios” no período, excluindo os indígenas não aldeados.

Os dados específicos referentes às vilas e povoações do Baixo Parnaíba Maranhense são fornecidos no mapa. É crucial lembrar que, devido ao contexto da época, não havia uma determinação precisa das fronteiras de cada região. No mapa, destaca-se a vila denominada “Viçosa da Tutóia,” conforme descrito no Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão (Marques, 1870), essa região compreende ao que atualmente corresponde a Tutóia. Nesse território habitado por indígenas, estimava-se uma extensão de “35 léguas” e uma população de 656 pessoas, embora não se disponha de informações que esclareçam o quantitativo de indígenas entre o número total de habitantes.

O mapa menciona “Arayos” (atualmente o município de Araiões), identificando-o como um local habitado por indígenas, situado a “40 léguas” de distância da capital, com uma população de 440 pessoas. É mencionado ainda, “Brejo dos Anapurús” (atualmente os municípios de Brejo e Anapurus, que foram posteriormente separados), outra área habitada por indígenas, localizada a “38 léguas” da capital, com uma população de 309 pessoas. Por último, destaca-se São Bernardo (hoje é o município de São Bernardo), identificado como uma “Freguesia de brancos,” situada a “40 léguas” de distância da capital com uma população de 2.270 pessoas.

Os dados mensuram o tamanho das regiões citadas (em léguas) e a estimativa da população de cada região. Levando em consideração o contexto histórico da criação desse mapa, surgem algumas questões relevantes: será que esse mapa inclui os indígenas que não aceitaram viver nas povoações dos ditos “brancos”? Em cada descrição, são definidos os lugares como de indígenas, mas por que não é apresentado a proporção de indígenas em relação à população total?”.

Outro trabalho de relevância científica sobre os Tremembé é a tese *Os senhores das dunas e os adventícios d'além-mar: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia Tremembé na costa leste-oeste (séculos XVI e XVII)*, de doutorado de Jóina Freitas Borges, que desenvolve trabalhos sobre Arqueologia, com ênfase em projetos junto aos Tremembés de Almofala - CE e a Comunidade da Boa Esperança (Teresina-PI), articulando arqueologia, história, memória, patrimônio cultural e educação (CNPQ, 2022). A sua pesquisa tem como objetivo analisar:

[...] através da articulação de fontes escritas, iconográficas (mapas coevos) e arqueológicas, e à luz das novas tendências teóricas e conceituais da história e da antropologia, os primeiros duzentos anos de contatos entre os indígenas e os europeus, na costa setentrional brasileira (Borges, 2010, p. 15).

Borges (2010) escolheu como campo empírico da sua pesquisa a parte correspondente da Costa Leste-Oeste¹³, que:

[...] inclui litoral ocidental do Estado do Ceará, todo o litoral do Piauí e a parte oriental da costa maranhense. Esta delimitação, por sua vez, corresponde a área de ocupação dos índios Tremembés, conforme a maior documentação disponível sobre esses índios, a partir do século XVII” (Borges, 2010, p. 16).

Como esclarecido pela autora, a Costa Leste-Oeste era e ainda é habitada pelos indígenas Tremembé, que são chamados por Borges (2010) de “Senhores das Dunas”¹⁴. Além disso, os registros coloniais mencionam os indígenas Tremembé por diversos etnônimos. A antropóloga Nádia Farage (1986, p. 7) nos chama atenção para a questão dos etnônimos:

¹³ Borges (2010, p. 16) discorre que: “A costa norte brasileira, durante os séculos XVI e XVII, era comumente chamada de Costa Leste-Oeste, em virtude dos ventos e correntes marinhas, que ali se deslocam nessa direção”.

¹⁴ Sobre o uso do conceito de “Senhores das Dunas” de acordo com Borges (2010, p. 20): “Os indígenas possuíam o *savoir-faire* da utilização dos recursos costeiros, sabiam como se movimentar no amplo espaço, enquanto os europeus reclamavam das dificuldades impostas pela natureza da região. Por isso, os nativos são aqui chamados de senhores das dunas, por que eram eles que detinham, através do uso e do conhecimento, a posse efetiva do território”.

Sabe-se que a etnonímia, via de regra, representa um problema metodológico para a história indígena que se vale de fontes escritas: um só etnônimo pode encobrir vários grupos étnicos, e reversamente, vários etnônimos podem estar sendo utilizados nas fontes para designar um grupo étnico.

Em vista disso, citaremos os etnônimos de acordo com as fontes que estão sendo analisadas. Borges (2010, p. 68) observa que durante o contexto do século XVII “[...] aparecem e se tornam recorrentes, nos relatos e documentos, as denominações tremembé e taramembé, além das formas derivadas, para designar os indígenas da costa leste do Maranhão a oeste do Ceará (ainda não existia a capitania do Piauí)”. A autora explora a origem do etnônimo “Tremembé” e ressalta que os indígenas incorporaram termos portugueses, e de outras línguas, ao seu próprio idioma.

Não há dúvidas de que “tremembé” é uma construção pós-contato, contudo, o pressuposto de que “tremembé” seja uma construção da época moderna, não significa, que o grupo étnico, ou os grupos étnicos, que compõe(m) essa construção, não tenha(m) uma existência anterior ao contato, e que a sua emergência na história colonial, enquanto tremembés, não se tenha dado através de negociações, por meio do agenciamento dos próprios indígenas, realizado por um grupo étnico ou vários grupos que viviam no litoral. As situações desencadeadas pela chegada dos europeus não criaram o agenciamento indígena, apenas potencializaram determinadas configurações, assim, o contato com os europeus não apenas intensificou as guerras entre os grupos indígenas, mas também gerou alianças, aglutinações e confederações (Borges, 2010, p. 76-77).

É argumentado que o nome étnico “Tremembé” surgiu a partir do contato com os colonizadores, o que não implica que os Tremembé não existissem anteriormente, mas sim que eles se apropriaram de uma identificação do colonizador. Isso pode ter tido tanto conotações positivas quanto negativas para os indígenas, considerando as diversas situações vivenciadas durante o contato com os colonizadores.

A adoção do nome étnico pode ter sido algo vantajoso, visto que buscaram seu aldeamento¹⁵ através de procedimentos jurídicos, juntamente com a designação de um padre responsável pelo processo de “catequização”. Isso ocorreu durante um

¹⁵ Aldeamento é o nome dado ao processo de reunião de indígenas em aldeias que geralmente ficavam próximas a povoações coloniais, incentivando o contato com os portugueses. “A localização dos aldeamentos obedece a considerações de várias ordens. Para incentivar o contato com os portugueses, facilitando assim tanto a civilização dos índios quanto a utilização de seus serviços, são em geral situados próximos das povoações coloniais” (Perrone-Moisés, 1992, p. 118).

contexto em que foram declaradas “guerras justas”¹⁶ contra vários povos indígenas do Estado do Maranhão e Grão-Pará, indicando que a adoção do nome étnico pode ter sido também uma estratégia de resistência.

Ainda sobre a questão dos etnônimos, Ramos (2021) empreende um estudo com o objetivo de “identificar as heteroidentificações sobre os povos ameríndios do município de Brejo, Maranhão”. Através de uma pesquisa e revisão bibliográfica, ele refletiu sobre a categoria “sertão” e, por meio destas reflexões, apresentou algumas das identificações feitas pelos invasores aos povos indígenas da região do Baixo Parnaíba Maranhense, com foco especial ao município de Brejo – (MA).

Ramos (2021) cita Vanice Siqueira de Melo (2011), que identifica uma ampla diversidade de povos indígenas que habitavam e ainda habitam – a maior parte deles –, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará. Ele destaca a presença de alguns povos indígenas na região do Baixo Parnaíba Maranhense, incluindo os “Anapuru, Anaperú-Açú, Anaperú-Mirim, Arayo, Tremembé e Anicuz”.

Em outros trabalhos, identificamos alguns etnônimos utilizados para se referir a estes povos, como: Taramambézes, Taramambes, Tarammemes, Tarammambes, Teremenbés, Taramambees, Terembés, Tembés, Tramambés, Anapuru Mirim, Anapuru Açú, esses também aparecem em alguns trabalhos com grafia, Amapuru, Anaperí, Anaperú, Arani ou Aranhi, Araiós, Araioses, possível corruptela de Aroases, (Arayó, Anayó, Anajó) (Costa, 1979; Livro Grosso do Maranhão, 1998; Silva, 2003).

Em relação aos indígenas Anapuru, eles viviam e ainda vivem no curso inferior do rio Parnaíba no lugar que era denominado como Brejo dos Anapurus¹⁷. Os Anapuru começaram a ser combatidos no final do século XVII pelo capitão-mor

¹⁶ Em relação às guerras justas, Beatriz Perrone-Moisés (1990, p. 123) discorre que: “o principal caso reconhecido de escravização legal é o que procede da guerra justa. Conceito já antigo, a guerra justa é motivo de muita discussão a partir do século XVI, quando deve ser aplicada a povos que, não tendo conhecimento prévio da fé, não podem ser tratados como infiéis”. É importante destacar também que havia dois tipos de “guerras justas”, a “defensiva” e “ofensiva”. Segundo Melo (2010, p. 28): “[...] A primeira se fará “somente no ato de invasão que os índios inimigos e infiéis fizerem nas aldeias e terras do Estado do Maranhão com cabeça ou comunidade que tiver soberania ou jurisdição”. Já a ofensiva seria feita quando houvesse “temor certo e infalível que os ditos inimigos da fé procurarão mandar as terras de meus domínios formando e ajuntando gente para o dito efeito sem que por outro modo se lhes possa impedir a dita invasão”.

¹⁷ A região que era denominada de Brejo do Anapurus durante a colonização, atualmente, corresponde ao município de Brejo e Anapurus, sendo que o último foi separado do primeiro. De acordo com site do IBGE, o Município atual Anapurus foi desmembrado do Município de Brejo em 1964. Este processo ocorreu a partir da lei nº 269, de 31-07-1948, na qual tornou-se, primeiramente, um distrito sob denominação de Estrela dos Anapurus e, por conseguinte, pela lei estadual nº 2378, de 09-06-1964 foi elevado à categoria de município com a denominação de Anapurus. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/anapurus/historico>. Acesso em: 14 de out. de 2023.

da conquista do Piauí, Francisco Dias Siqueira (Melo, 2011). Eles mantiveram uma relação ambígua com os colonizadores ao longo do século XVIII, sendo, em diferentes momentos, considerados tanto aliados quanto inimigos a serem “eliminados”. Essa ambiguidade pode ser identificada nas correspondências do Rei de Lisboa com a Câmara de São Luiz no contexto do século XVIII (Livro Grosso do Maranhão, 1948). Já em relação aos demais povos do Baixo Parnaíba Maranhense, o pesquisador não possui um aporte para refletir sobre eles.

Ao adentrar na discussão dos traços culturais dos Tremembé, é importante ressaltar que, haja vista que eles ocupavam as Costas dos atuais Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, as informações sobre sua cultura, em razão de sua mobilidade contínua, são abordadas de maneira em geral nas fontes. Os traços culturais que serão mencionados englobam práticas alimentares, materiais utilizados nas guerras etc., proporcionando uma compreensão mais abrangente da cultura do povo Tremembé.

No que concerne às práticas alimentares, devido à autonomia territorial dos Tremembé antes de serem aldeados pelos colonizadores, eles obtinham alimentos principalmente nas praias. Em uma carta datada de 24 de abril de 1723, o rei de Lisboa, Dom João V, enviou uma resposta ao Governador do Maranhão, João da Maia da Gama, acerca do aldeamento da Nação *Tammambes*.

Dom João por Graça de Deos Rey & C.a. Faço saber avos João da Maia da Gama Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, que havendo visto aconta que me destes em carta de dez de Agosto do anno passado que desde que seconhecerão as praias do Maranhão e da Pernahiba para ella houvera sempre hua grande Nação dos chamados Tammambes que são huns chamados Peixes racionais, pois anado saiem ao mar apescar ou com arpões, e ainda com hum páo na mão expondo-se afereza de hum tubarão esperando que elle abra boca para o comer elhe metemamão com destreza nella levando hum páo de dois bicos que atravessado naboca do tal peixe otrazem para fora, e que a sua casa e cama he area, e commumente asua seara omar, e que vivendo estes racionaes brutos nesta forma se lhe não pozera Missionario nem setratara nunca de os Aldear com opretexto de que não havião subsistir vindo continuamente commerciar a Cidade de São Luiz com peixe e cascos de tartaruga^ antes e depois de serem castigados pelo Senhor de Panças [...] (Maranhão, 1998, p. 193-194).

Como descrito na carta, os *Tammambes* eram denominados de “peixes racionais” porque pescavam nas praias, utilizando como ferramentas “arpões” e “páo” para matar tubarões. Além de obterem alimentos para o consumo próprio, eles comerciavam peixes e cascos de tartarugas na Cidade de São Luís, mesmo após

serem punidos pelo “Senhor de Panças”. Detalhes desse incidente serão discutidos posteriormente no terceiro capítulo.

Thomaz Pompeu Sobrinho (1951) apresenta alguns dados etnológicos dos Tremembé, dividindo pelos seguintes títulos: “1) Alimentação”; “2) Agricultura”; “3) Animais domésticos”; “4) Indumentária e adornos”; “5) Casa e aldeias; “6) Indústrias”; “7) Guerras e Armas”; “8) Casamento e Família; e, Organização Política e Governo”. No âmbito das práticas alimentares, os dados expostos corroboram com as informações discutidas acima, e é acrescentado que eles também se alimentavam de carne de caça que eram cozidas em panelas de cerâmica, bebidas fermentadas preparadas com o suco do caju, tartarugas, ovos de aves aquáticas e peixes de “vulto médio” (Sobrinho, 1951, p. 262).

Quanto a agricultura, Sobrinho (1951, p. 262) diz que os Tremembé faziam poucas roças de mandioca, plantavam algodão, possivelmente incluindo o cultivo do milho. Contudo, é necessário fazer uma observação, a prática da agricultura se tornou mais presente entre os Tremembé quando eles foram aldeados, uma vez que perto dos aldeamentos administrados pelos jesuítas eram feitas roças para o sustento dos mesmos e também dos moradores que viviam próximos.

No tocante a indumentária e adornos, o autor aponta que, embora as informações sejam limitadas, é plausível inferir que os Tremembé fiavam tecido e é “[...] de crer que preparassem também algum algodão, faixas estreitas, etc. para o uso pessoal” (Sobrinho, 1951, p. 263).

Ademais, no tópico 6 sobre as “Indústrias”, é apresentado que os principais utensílios dos Tremembé eram machados de pedra e, de acordo com o autor, “na sua área de dispersão encontram-se muitos outros objetos de pedra, como punções, raspadeiras de peles, etc. [...] Confeccionam cestos de palhas de folhas de carnaubeiras; provavelmente também teciam esteiras com este material” (Sobrinho, 1951, p. 263).

Ainda em relação às práticas alimentares, Borges (2010, p. 53-54) levanta a proposição de que a *Costa Leste-Oeste* brasileira era ocupada por grupos indígenas *caçadores-coletores-pescadores*, “[...] depois genericamente chamados de tapuias, os quais possuíam padrão de subsistência ligado aos recursos costeiros, diferente das populações tupis e de outras populações também chamadas de tapuias, que viviam mais ao interior”. Tal proposição é levantada pela autora a partir de fontes

documentais, informações históricas de cronistas e navegadores, e de sítios arqueológicos no Piauí.

Assim, compreendeu-se um pouco da forte ligação dos indígenas Tremembé com as praias, uma vez que obtinham os recursos alimentares no mar, tanto para consumo próprio quanto para realizar comércio na cidade de São Luís. Foi possível identificar alguns de seus traços culturais por meio de dados etnológicos apresentados por Sobrinho (1951).

Identificamos ainda, através das fontes, a localização de ocupação dos Tremembé na Capitania do Maranhão. Levando em consideração essas localizações e que esses indígenas possuíam grande conhecimento dos territórios que ocupavam, buscaremos, adiante, mapear quais foram os agenciamentos que desenvolveram para se manterem vivendo em suas praias, mesmo em um contexto de violentas investidas dos colonizadores, durante a primeira metade do século XVIII.

4. AGENCIAMENTOS DO POVO INDÍGENA TREMEMBÉ NA CAPITANIA DO MARANHÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

O objetivo desta seção é mapear os agenciamentos do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (Primeira metade do século XVIII). Para isso apresentaremos algumas notas sobre a categoria agência.

4. 1 Reflexões sobre a categoria agência

A categoria agência passou a ser muito utilizada nos estudos de História Indígena, de modo a levar em consideração as formas de ações dos povos indígenas durante a colonização, rompendo com a visão de que eles não eram sujeitos da história. Recorrendo ao John M. Monteiro, ele ilustrou que “[...] antropologia histórica buscava qualificar a ação cons-ciente – agency, em inglês – dos povos nativos enquanto sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições do contato e da dominação” (Monteiro, 1995, p. 226-227). Dessa maneira, trataremos sobre a noção de agência, sendo que ela será utilizada para alcançar o objetivo desta seção.

O primeiro teórico a ser citado é Anthony Giddens (2003) por desenvolver uma Teoria da Estruturação que, segundo ele, baseou-se na premissa de que o dualismo entre o sujeito e objeto social necessitava ser “[...] reconceituado como dualidade – a dualidade da estrutura” (Giddens, 2003, p. XXII). Para desenvolvimento da Teoria da Estruturação, ele afirmou que se baseou em ideias advindas de fontes divergentes, e que seus críticos poderiam ver isso com algo negativo, mas que, para ele, trabalhar fora de uma determinada tradição de pensamento, proporcionava uma diversidade de abordagens (Giddens, 2003, p. XXIV).

Giddens (2003) definiu que o seu objetivo a partir formulação da Teoria da Estruturação era superar a preponderância criada pelas escolas interpretativa, funcionalista e estruturalista quando trataram acerca do sujeito e do objeto social. Segundo o autor, “o domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo” (Giddens, 2003, p. 2).

A agência é concebida por Giddens (2003, p. 10) como a capacidade de realizar determinadas ações, “[...] sendo por isso que "agencia" subentende poder: cf. uma definição de agente do Oxford English Dictionary como "alguém que exerce poder ou produz um efeito)". O autor complementa dizendo que os agentes, enquanto atores realizam determinadas ações que não são premeditadas e/ou intencionais e, também, “[...] pode haver circunstâncias em que pretendo realizar alguma coisa, e a realizo, embora não diretamente através da minha “agência” (Giddens, 2003, p. 11).

Giddens (2003) propôs reflexões com o intuito de ultrapassar a oposição entre *Estrutura e Agência*. Outro teórico que se dedicou a esse fim foi o filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu, desenvolvendo sua *Teoria da Prática*, que ressaltava a importância da relação entre a teoria e a pesquisa empírica como fundamento metodológico de seus estudos, pois ambas não poderiam ser empregadas de forma separada. Alguns dos fundamentos de sua *Teoria da Prática* podem ser identificados no texto *Esboço de uma Teoria da Prática*, que está presente no livro *A Sociologia de Pierre Bourdieu* (2003), organizado pelo sociólogo brasileiro Renato Ortiz.

Bourdieu (2003) afirma que o mundo social pode ser objeto de três modos de conhecimentos, que são: o conhecimento *fenomenológico*, que demonstra a verdade da experiência primeira do mundo social; o conhecimento objetivista (*hermenêutica estruturalista*), que constrói as relações objetivas que estruturam as práticas e as representações, e com isso rompem com as experiências primeiras; e o conhecimento praxiológico, proposto pelo próprio teórico, que não está ligado apenas as relações objetivas, “[...] mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade” (Bourdieu, 2003, p. 40).

Para Bourdieu (2003, p. 40), o conhecimento praxiológico implica uma ruptura com o *modo objetivista*, pois este apreende a prática a partir de uma estrutura exterior e acabada, ao invés de construir o princípio gerador das práticas em sua efetivação. Assim, o conhecimento praxiológico se constitui na relação dialética entre o agente e a estrutura.

Além disso, de acordo com Bourdieu (2003, p. 53), o *objetivismo metódico* é de suma importância para qualquer pesquisa, uma vez que proporciona uma ruptura com a experiência primeira e as construções das relações objetivas, porém se faz

necessário superá-lo. Diante disso, conforme o autor, para realizar esta superação seria necessário ir do *modus operatum* ao *modus operandi*, “[...] da regularidade estatística ao da estrutura algébrica ao princípio de produção dessa ordem observada, e construir a teoria da prática (Bourdieu, 2003, p. 53).

O conhecimento praxiológico, segundo Bourdieu (2003), está ligado ao conceito de *Habitus*:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (Bourdieu, 2003, p. 53-54).

Entende-se, como colocado pelo autor, que o *Habitus* produz as práticas e as representações que são objetivamente organizadas e que não constituem um produto da obediência a regras, sendo adaptadas de acordo com o contexto de sua produção e operação, e que não são de “[...] modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica (o que suporia, por exemplo, que elas fossem apreendidas como uma estratégia entre outras possíveis (Bourdieu, 2003, p. 54).

Partindo da Teoria da Prática que teve significativas contribuições de Pierre Bourdieu, a antropóloga cultural Sherry Beth Ortner aprimorou o conceito de agência, que será tratado adiante. Em seu trabalho *Uma atualização da Teoria da Prática* (2006) apresenta como surgiu essa teoria e que os intelectuais ligados a ela possuíam um ponto em comum em suas análises, todos focavam no que ela chama de “Teoria da Coerção”. A autora não nega que existam coerções sobre os sujeitos, por meio da “cultura, estrutura mental e o capitalismo”, contudo, para ela, era necessário considerar as agências humanas e “[...] os processos que produzem e reproduzem essas coerções – as práticas sociais [...]” (Ortner, 2006, p. 16).

Ortner (2006, p. 20) diz que, na Sociologia, a coerção foi questionada por Erving Goffman e outros intelectuais do Interacionismo, porém, este questionamento fez com que eles desconsiderassem todos as formas de *coerções estruturais*, pautando-se em uma “micro-sociologia da interação interpessoal”. Nesse viés, de acordo com a autora, eles mantiveram a *oposição estrutura/agência*. Com vistas a superar essa oposição, os intelectuais da Teoria da Prática, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Marshal Sahlins assumiram esta tarefa (Ortner, 2006, p. 20). A autora explica como os intelectuais realizaram tal feito:

Cada um, a seu modo, conceitualizou as articulações entre as práticas de atores sociais “na vida concreta” (“on the ground”) e as grandes “estruturas” e “sistemas” que exercem coerção sobre essas práticas e que, ao mesmo tempo e em última instância, podem ser transformadas por elas. Esses autores fizeram isso argumentando, de diferentes maneiras, a favor das relações dialéticas e não de oposição entre, por um lado, as coerções estruturais da sociedade e da cultura e, por outro lado, as “práticas” – o novo termo era importante – dos atores sociais (Ortner, 2006, p. 20).

Ortner (2006) enfatiza que os autores pautaram as suas análises na dialética, em vez de uma dicotomia entre as estruturas e os atores sociais, implicando que os atores sociais são simultaneamente influenciados por e têm impactos sobre as estruturas. Ancorada nas reflexões dos autores da Teoria da Prática, o que ofereceram soluções para algumas questões desse campo, Ortner (2006), durante o desenvolvimento dos seus estudos, identificou certas limitações que se propôs a resolver. Nesse sentido, concentrou-se em três áreas principais que, segundo ela, era necessário realizar correções e aprimoramentos: “mudança do poder”; “guinada histórica” e “reinterpretação (reinterpretações) da cultura”.

No artigo *Poder e Projetos: reflexões sobre a Agência*, Ortner (2006) desenvolve melhor o que ela entende por agência. Em sua análise, ela encara os “Agentes Sociais” como “[...] estando sempre envolvidos na multiplicidade de relações sociais em que estão enredados e jamais podendo agir fora dela (Ortner, 2006, p. 45). À vista disso, a ações dos indivíduos é definida a partir das relações sociais pelo qual estão envolvidos, sejam elas de solidariedade, de poder, de desigualdade, de competição, etc.

A definição de agência de Ortner (2006) parte da análise de três questões. A primeira diz respeito a *Intencionalidade*, na qual, enquanto conceito, “[...] inclui todos as maneiras como a ação aponta, cognitiva e emocionalmente, para algum propósito” (Ortner, 2006, p. 45), sendo manifestadas por duas concepções distintas, pelas quais entende-se que: há a *intencionalidade ativa*, que se manifesta de forma consciente ou inconsciente; e, as *Agências de Práticas de Rotina*. Na segunda análise, trata-se da questão da construção cultural da agência. Por último, se debruça pela relação entre a Agência e o Poder.

Portanto, Ortner (2006) concluiu que a agência possui dois significados. No primeiro significado “[...] “agência” tem a ver com intencionalidade e com o fato de perseguir projetos (culturalmente definidos). No outro campo de significado, agência tem a ver com poder, com o fato de agir no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais” (Ortner, 2006, p. 58). Sendo assim, para a autora,

a agência só pode ser pensada a partir de seus dois significados, seja um sobrepondo ao outro, ou se mantêm a distinção entre ambos e considera os seus entrelaçamentos.

Partindo das reflexões de Sherry B. Otner (2006), no tópico seguinte, trataremos sobre agências indígenas do povo Tremembé diante das investidas dos colonizadores na Capitania do Maranhão, na primeira metade do século XVIII.

4. 2 Agência indígena do Povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (primeira metade do século XVIII)

Antes de adentrarmos nas reflexões acerca do mapeamento dos agenciamentos do povo indígena Tremembé no espaço-temporal deste trabalho, abordaremos, em linhas gerais, sobre a ocupação colonial da Capitania do Maranhão.

As fronteiras coloniais do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1621-1751) começaram a se expandir no século XVII, e este processo se intensificou cada vez mais na primeira metade do século XVIII, por meio de diversas estratégias empreendidas pelos agentes coloniais. Samir Lola Roland (2020, p. 1) discute sobre isso e problematiza como a historiografia abordou sobre a conquista, ocupação e colonização dos sertões do Maranhão e Piauí. O autor vai apontar, de início, que:

[...] A expansão da fronteira de conquista sentido oeste-leste que partiu das proximidades dos centros de Pernambuco e Bahia, a partir da segunda metade do século XVII, atingindo os vales dos rios São Francisco e do rio Parnaíba, “sertões” habitados por diversas nações indígenas caracterizou-se pela busca de áreas para a implantação de currais de gados, a exploração de metais preciosos e da força de trabalho indígena. Apesar de ser dirigida de maneira particular por indivíduos ligados à Casa da Torre, essa expansão contou ainda com a participação da Companhia de Jesus e de organizações militares, sendo um empreendimento legitimado pelo Estado português através da distribuição de cartas de sesmarias e patentes militares aos conquistadores do território (Roland, 2020, p. 2).

A citação acima proporciona a compreensão de onde iniciou a expansão da fronteira de conquista “sentido oeste-leste”, e também qual era o objetivo dessa expansão colonial que, segundo o autor, estavam relacionados a interesses “econômicos” por parte dos luso-brasileiros. Ainda na citação, é pontuado que esse processo evoluiu diferentes agentes coloniais, como: os indivíduos ligados à Casa da Torres, os membros da Companhia de Jesus, as organizações militares e o Estado Português.

Já em relação ao processo de expansão da fronteira de conquista “leste-oeste”, Roland (2020, p. 2) diz que se iniciou na primeira metade do século XVIII nos “vales do Itapecuru, Mearim, Munim e Iguará” e, posteriormente, nos vales do rio São Francisco, Parnaíba e Itapecuru, e seus “sertões”, tendo vista que se tornaram administrativamente pertencentes à Capitania do Maranhão e à Capitania do Piauí, mas passaram a ser alvos de diversos processos coloniais. Durante os processos de expansão das fronteiras coloniais, os colonizadores se esbaram nos diversos povos indígenas que estavam nesses territórios, fazendo que empreendessem inúmeras estratégias de dominação.

Durante esses processos de expansão e ocupação, os governadores do Estado Maranhão e Grão-Pará empreenderam políticas para conquistar e ocupar as regiões pertencentes ao que corresponderia a esse Estado, embora essas terras fossem originariamente ocupadas por numerosos povos indígenas, sendo estes últimos, os seus donos originários. Os governos das capitanias também desempenharam papéis na condução destas iniciativas.

A Capitania do Maranhão foi administrada por inúmeros indivíduos – chamados de capitães-mores – que chegavam a esses cargos, por exemplo, pelos seus desempenhos militares nas guerras da conquista. Não iremos citar todos estes indivíduos e muito menos analisar as suas trajetórias enquanto ocupantes destes cargos¹⁸, contudo, será necessário citar alguns deles, quando necessário, com o intuito de ilustrar o contexto dos fatos que serão discutidos acerca dos agenciamentos dos indígenas Tremembé na Capitania do Maranhão durante o século abordado neste estudo.

Antes da primeira metade do século XVIII, os indígenas Tremembé já empreendiam formas de agências diante das frentes coloniais que tentaram reduzir esse povo. Segundo Pompeu Sobrinho (1951, p. 257), foram os “aventureiros” espanhóis, cronistas franceses e portugueses, assim como os administradores das capitanias do Ceará e Maranhão, que se ocuparam da redução e aldeamento dos Tremembé nessas duas capitanias.

¹⁸ Um trabalho que pode contribuir para entender as trajetórias dos capitães-mores da Capitania do Maranhão é o artigo intitulado “Os Capitães-Mores do Maranhão e a Administração da Capitania em tempo de Governador ausente (C.1673-1751)”, que tem como objetivo analisar “[...] as trajetórias de 13 capitães-mores responsáveis pela administração da capitania do Maranhão, cuja capital era a cabeça do Estado do Maranhão e Grão-Pará, durante a assistência do governador e capitão-general na cidade de Belém (Santos, 2021, p. 1). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/pwnRVrmyV6LWdrNX5fW4WSz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de out. 2023.

Pompeu Sobrinho (1951) apresenta alguns relatos sobre a primeira expedição realizada no Brasil em 1501, comandada por Américo Vespúcio, que se aproximou do território habitado pelos indígenas Tremembé, localizado “perto da barra do rio Caru” (Pompeu Sobrinho, 1951, p. 257), confirmando um dos locais de domínio dos indígenas Tremembé na Capitania do Ceará.

Apesar do autor não citar a *agência indígena*, elas podem ser percebidas quando ele discute acerca das relações de *inimizades* entre os Tremembé e os Tupis, em que os primeiros foram expulsos pelas “[...] numerosas hordas tupis, seus inimigos irreconciliáveis, concentravam-se nas praias dos Lençóis, delta do Parnaíba e estuário dos rios Timonha, Camucim e Acaraú, que lhes proporcionavam abrigo relativamente seguro” (Pompeu Sobrinho, 1951, p. 259). Nesse sentido, entendemos que tanto as alianças quanto as inimizades entre os povos indígenas eram uma forma de agência que se constituía dentro de suas próprias realidades e culturas, e sabendo disso os colonizadores se aproveitaram dessas relações complexas para que pudessem desenvolver os seus projetos coloniais de conquista e ocupação.

Na primeira metade do século XVII, quando a Capitania do Maranhão ainda estava sendo governada pelos Franceses, os portugueses descobriram que os *Taramambezes* eram inimigos dos *Topinambazes*, e utilizaram isso como estratégia para lutar contra os Franceses na cidade de São Luís, uma vez que eles eram aliados dos *Topinambazes*. Essa estratégia de aliança é assinalada em uma carta de 1614 presente nos *Annaes historicos* de Bernardo Pereira de Berredo, em que cito: “acrescentando mais a circunstancia, de que conseguida com a vizinhaça, e comunicação dos Taramambezes a sua amizade, seria esta sumamente danosa aos mesmos *Francezes*; porque professando os taes Tapayas hum infernal odio a todos os *Topinambazes*” (Berredo, 1905, p. 92).

Já na segunda metade do século XVII, uma exploração jesuítica conduzida pelos padres jesuítas Pedro de Pedrosa e Antônio Ribeiro, da Companhia de Jesus¹⁹, atravessou o rio Paraguaçu (atual rio Parnaíba) em direção à Serra da Ibiapaba, onde tiveram o primeiro contato com os indígenas *Teremembés* em 1656 (Leite, 1993, p. 161). Segundo Serafim Leite (1993, p. 162), os indígenas impediam

¹⁹ No período da Colonização, segundo Bettini (2006, p. 18), a Companhia Jesus - ordem religiosa composta por jesuítas criada, em 1534, na França -, “[...] trouxe uma estrutura social, econômica e educacional até então inexistente”, e tinha como intuito “catequizar” os povos originários. Para saber mais sobre a Companhia de Jesus consulte o trabalho de Bettini (2006). Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4893/art02_22.pdf. Acesso em: 15 de ago. 2023.

as comunicações entre o Maranhão e Ceará, assim “impunha-se a redução dos *Teremembés* ou a bem ou mal”.

Anos mais tarde, no dia 6 de junho de 1679, foi organizada uma expedição punitiva comandada pelo Capitão-mor Vital Maciel Parente aos *Teremembés*, segundo Pompeu Sobrinho (1951, p. 260-261):

Como estes selvagens, que defendiam valorosamente os seus domínios ameaçados pelos colonizadores portugueses, tivessem morto uns naufragos escapos de um navio que se perdera nos baixos de S. Roque, as autoridades do Maranhão, tendo a frete o Governador, resolveram tomar terrível vingança, para o que organizaram aparatosa e forte expedição, comandada pelo Capitão-Mór Vital Maciel Parente, e na qual seguiam também dois padres da Camanhia de Jesus. No dia 6 de junho de 1679 a tropa surpreendeu os incautos *Tremembé*, que granjeavam alimento nas suas praias; atacou-se e desbaratou-se com dificuldade. A vingança foi cruel e terrível; os homens, as mulheres e as crianças foram sem misericórdia sacrificados barbaramente. O furor dos civilizados era tamanho que, como escreveu o Governador, os vencedores, “tomando as crias novas pelos pés, matavam-nas dando-lhes com as cabecinhas pelos troncos das árvores”. Esta tremenda vitória foi celebrada em S. Luís com festas e foram todos, diz Betendorf, á Igreja Matriz das graças a Deus e á Virgem Senhora Nossa da Vitória, pelo bom sucesso da empresa.

A citação destaca o quão resistentes os Tremembé foram para defender os seus territórios das investidas dos colonizadores. Em contrapartida, traz o olhar colonial e racista dos invasores demonstrando a violência utilizada pelos ditos “civilizados” quando fizeram a expedição punitiva.

Em 1702, conforme Barbosa Lima Sobrinho (1946, p. 115), o sargento-mor paulista José de Moraes Navarro recebeu ordem no sítio Açú de que ele e a sua tropa deveriam se deslocar para o sertão que fica entre o Ceará e o rio Parnaíba, “[...] por ser de utilidade naquele sítio para fazer guerra aos rebeldes Taramambeses e mais nações bárbaras que há naqueles sertões, de 110 léguas de distância, que impedem a comunicação deste Estado para o do Maranhão”. Segundo o autor, não se tem informações sobre os desdobramentos dessa ordem que visava a guerra contra os indígenas.

As “guerras justas” eram frequentes na primeira metade do século XVIII, constituindo uma estratégia de dominação e “redução” dos indígenas no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Segundo Roland (2018, p. 76), as guerras empreendidas contra os povos indígenas, juntamente com a distribuição de cartas de sesmarias aos indivíduos interessados no estabelecimento de casas e fazendas de gados, tornaram-se estratégias adotadas durante o governo de Christovão da Costa Freire

(1707-1718) e de Bernardo Pereira de Berredo (1718-1722). O autor ilustra que durante os dois governos:

[...] o combate e o extermínio dos indígenas – que na opinião dos governadores e autoridades régias, estavam causando o desastre das povoações ali estabelecidas – tornou-se, a política mais adotada para a ampliação da conquista e o favorecimento das instituições administrativas e religiosas na região (Roland, 2018, p. 76).

Essa citação revela que as autoridades frequentemente justificavam o “combate e o extermínio” dos povos indígenas com base na ideia de que eles “estavam causando o desastre das povoações”. Isso permite compreender que esses ataques às povoações coloniais podem ser interpretados como uma forma de agenciamento dos povos indígenas, já que essas construções foram usadas para aumentar os domínios coloniais sobre os territórios habitados pelos povos que viviam em constante mobilidade.

Com base no trabalho de Vanice Siqueira de Melo (2011), foi possível construir um quadro sobre as “guerras justas”, apresentando algumas delas empreendidas pelos colonizadores nas Capitânicas do Maranhão e Piauí, incluindo: ano, local, motivo, mestre de campo ou capitão mor, os povos indígenas e a capitania (**Quadro 1**).

Quadro 1 - Algumas das guerras justas ocorridas nos sertões do Maranhão e Piauí na primeira metade do século XVIII

Ano	Local	Povos indígenas	Motivo da guerra	Mestre de campo ou capitão-mor	Capitania
No final do século XVII	No curso inferior do rio Parnaíba	Anapuru		Capitão-mor da conquista do Piauí, Francisco Dias de Siqueira.	Maranhão
1670-1674	Currais de São Francisco	Guegué e outras “tribos”	“Estavam a devastar os currais do São Francisco”.	Francisco Dias de Ávila	Piauí
1676	Currais de São Francisco	Guegué e outras “tribos”	Não sabemos o motivo da guerra. “A punição desses grupos foi o degolamento de 400 indígenas, e		Piauí

			imposta à condição de escravidão as mulheres e as crianças”		
1694	Serra do Araripe	Icós e Jendóiz	“Provavelmente e os Jendóiz que viviam com os Icós é o grupo indígena que participou do episódio conhecido como Guerra dos Bárbaros”.		Piauí
Dezembro de 1699	Nas cabeceiras do rio Gurguéia	Rodeleiras, Macoase e os Acroás	“Por ser impossível reduzi-los a obediência por outras maneiras pacíficas”.		Piauí
1701 ou 1702?	Piauí	Tapuias Anapurumirim			Piauí
1702	Na ribeira do Pirangi	Tapuias Vidais e Axemis			Piauí
1705		Anaperu-açu e Anapurumirim	“Guerras aos “índios” Aximes, Piauí”	Felix da Cunha Linhares	Maranhão e Piauí
Março e Julho de 1707	Rios Mearim, Munim e Itapecuru	Gentios do curso	“Hostilidades que o gentio do curso tem feito”.		Maranhão e Piauí
1709	Serra da Ibiapaba e Capitania do Maranhã	Os Anapuru e outros que “infestavam” a capitania do Maranhão	“Assassinato de Manuel dos Santos e seus seis ajudantes”	Antônio da Cunha Souto Maior e Damásio Pinheiro	Piauí e Maranhã o
1710 e 1711	No Piauí e na fronteira com o Maranhão	Aranhis, Xerumas, Bentes e Precatis		Antônio da Cunha Souto Maior	No Piauí e na fronteira com o Maranhão.
1712 e 1715	No Piauí e na fronteira com o Maranhão	Caratius, Curias, Manassés, Xerumas, Aranhi, Araio, Anapurumirim		Bernardo Carvalho de Aguiar	Piauí e Maranhã o

1714		Jahicos		Bernardo Carvalho de Aguiar.	Piauí
Janeiro de 1715	Na Parnaíba	Anapuru-mirim		Bernardo Carvalho de Aguiar	
Outubro de 1715	Rios Itapecuru e Mearim	Os gentios	“Ataque aos moradores, destruindo casas e Fazendas”	Bernardo Carvalho de Aguiar	Maranhão e Piauí
Outubro de 1716	Rios Itapecuru e Mearim	“Os índios do corso” Índios Barbados	“Por fazerem maiores danos aos moradores dos rios Itapecuru e Mearim”	Sargento-mor João Nogueira de Sousa e o capitão Domingos Duarte	Maranhão e Piauí
Outubro de 1716		“Índios”	“Índios que infestavam” a capitania do Maranhão”	Bernardo Carvalho de Aguiar	Capitania do Maranhão
1716		“Tapuias” Caratiú	“Ataques contra alguns moradores”	Bernardo Carvalho de Aguiar	Piauí
Abril de 1716	Na Parnaíba	“Gentio do corso”, não está especificado qual é o povo	“Mortandades estragos e hostilidades que fazia o gentio do corso na Parnaíba matando e assolando muitos brancos e destruindo lhes fazendas”.	Bernardo Carvalho de Aguiar	Governador do estado do Maranhão
Junho de 1720		Índigenas Barbados.	Assassinato de um jesuíta.		Maranhão
Julho de 1726	São Luís	Copinharon e outras nações	“Cruel estrago e contínuos assaltos que lhe faziam os bárbaros tapuias de várias nações”		Maranhão
Julho de 1728	Vila de Mocha	Timbira	Invasões em toda aquela capitania que se temia uma grandíssima ruína.	Sargento-mor Francisco Xavier de Brito	Piauí

Setembro de 1732	Na ribeira do rio Parnaíba	Aranhis, Suassunis, Anaperus, Guanarés,			Maranhão ou Piauí?
1744	Sítio no Paranaguá	Guegué, Acroá e Outros	“Por realizarem ataques no Piauí”	Antônio GomesLeite	Piauí
Maio de 1745		Precatis	“Ataques aos moradores dos povoamentos”	Antônio GomesLeite	Piauí
Abril de 1751	Eram do Piauí e se deslocaram para a capitania do Maranhão	Caicais e Guanarés e outros povos	“Investidas contra os moradores no Piauí e ataques aos povoamentos no Maranhão”		Piauí e Maranhão
No século XVIII		Anapuru e Barbados	“Hostis ao avanço da expansão portuguesa na capitania do Maranhão”		Maranhão

Fonte: Melo (2011). **Elaboração:** Ramos (2022).

Por falta de alguns dados, não conseguimos preencher o Quadro por completo e levantamos algumas questões no mesmo. Discutindo sobre os motivos de declarar as guerras justas, Beatriz Perrone-Moisés (1992) aponta quais eram os principais para que se declassasse guerras aos povos indígenas, na qual destaco: “[...] a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra Vassallos e aliados dos portugueses (especialmente a Violência contra pregadores, ligada à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados” (Perrone-Moisés, 1992, p. 123).

A maioria dos motivos mencionados pela autora foram identificados no quadro, sendo que o mais recorrente para o uso das guerras ditas justas nas Capitânicas do Maranhão e Piauí foram os ataques dos povos indígenas as fazendas e casas dos moradores; outro motivo ainda, foi a visão de que os povos indígenas “infestavam” as duas capitânicas. Levantamos um questionamento: se as fazendas e casas dos moradores estavam sendo construídas nos territórios desses povos, não seriam os colonizadores que estavam invadindo esses locais?

Ainda no Quadro 1, na parte dos grupos indígenas têm as categorias

“tapuias”²⁰, “gentios”²¹, “gentios do curso”²² e outros povos que não foram identificados, é possível observar que muitos povos foram constados de forma generalizada e, também, em alguns casos, não foi possível saber a quais povos estavam sendo declaradas as guerras justas. Por meio do Quadro 1, percebemos que a primeira metade do século XVIII é marcada por frequentes “hostilidades” dos diversos povos indígenas que habitavam as Capitanias do Maranhão e Piauí contra os colonizadores.

Visando resitir as guerras justas, muitos povos indígenas se aliaram a outros e mativeram relações de comércio. É importante ressaltar que tais relações, seja de alianças e/ou de comércio entre os indígenas, já existiam muito antes dos contatos com os colonizadores.

Melo (2011, p. 83) citando o relato de João de Maia da Gama do ano de 1730, afirma que os Tremembé mantinham comércio com os povos que eles tinham contato, a saber, Araio, Anaperu, Aranhi, Caicai, Guanaré, Aruaz e Barbados. Conforme a autora,

Segundo o relato de Maia da Gama, os Tremembé proviam estes índios de “dentes de tubarão e dos da espada do peixe [espadarte] para fazerem as pontas das suas flechas em lugar de ferro e se valiam [os índios inimigos do Estado] dos ditos Tremembé para espias da saída” das tropas de guerra portuguesa. Os Tremembé, “com algum âmbar e alguma tartaruga vinham ao Maranhão resgatar arpões, anzóis e alguma faca e poucos machados” e sabendo da saída da tropa de guerra, avisavam aos outros índios “de sorte que os achávamos sempre acautelados e prevenidos para não fazerem o efeito desejado as nossas tropas”, como lembra João da Maia da Gama (Melo, 2011, p. 83).

²⁰ Em relação ao termo “Tapuia”, Monteiro (2001, p. 172) diz que: “[...] a despeito de enormes evidências históricas em contrário, situavam-se num polo oposto. Frequentemente caracterizados como inimigos ao invés de aliados representavam, em síntese, o traiçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização, ao invés do nobre guerreiro que fez pacto de paz e de sangue com o colonizador.

²¹ Segundo Beatriz Perrone-Moisés (1990, p. 35), “O termo gentil concordando com sua etimologia, ocupa um campo intermediário, que vai de inimigos aos recém aldeados, ainda não convertidos e não aliados, passando pelos que, não demonstrando intenções hostis (“gentio manso”), são candidatos ideais ao descimento aldeamento e catequese”.

²² No que se refere a categoria “índios do curso”, Melo (2011, p. 80) pontua que: “[...] assim como outras expressões a exemplo da própria palavra índios, constitui uma categoria que foi criada na sociedade colonial e que não comporta a diversidade daqueles povos. Por um lado, parece que os índios do curso eram aqueles que não se fixavam em nenhum espaço. O que talvez não implique que isto fosse condição para que estes índios fossem vistos como inimigos pelos portugueses. Assim, ao que tudo indica, a expressão índios do curso se refere aos índios que optaram em permanecer andantes “sem querer chegar ao grêmio da igreja”.

A relação de comércio dos Tremembé com outros povos revela quais objetos eram trocados entre eles. Outro ponto importante da citação é que os Tremembé utilizavam estratégias para evitar ataques das tropas dos colonizadores a pedido dos próprios povos. Vale ressaltar que os Tremembé foram combatentes guerreiros contra o projeto expansionista dos colonizadores, travando diversas batalhas, e somente vieram a aldear-se em 1720, conforme Melo (2020, p. 83).

Melo (2011, p. 83-84) também chama a atenção para os seguintes pontos:

Os Tremembé estavam inseridos numa rede de trocas com os portugueses dos povoamentos coloniais e de cumplicidade com os grupos indígenas inimigos dos brancos, auxiliando-os a fugir das tropas portuguesas. Grupos que poderiam ser considerados “aliados” pelos portugueses ou que negociavam pacificamente com os brancos, como os Tremembé, não necessariamente eram contrários aos índios hostis. Os indígenas aliados dos brancos também colaboravam com os inimigos do Estado do Maranhão. Parece, assim, que não era uma sociedade composta somente de índios hostis, de um lado, e índios aliados aos brancos, de outro. **As alianças dos índios com os portugueses não somente eram instáveis, como não eram excludentes, pois os índios aliados poderiam auxiliar os brancos e colaborar com índios inimigos (Grifo nosso).**

As relações entre indígenas e portugueses eram complexas, e isso demonstra que os povos tinham interesses e não foram passivos nos contatos com colonizadores/invasores.

O aldeamento dos indígenas Tremembé e de outros diversos povos das Capitania do Maranhão ocorreram durante o governo de João da Maia da Gama (1722-1728). A principal estratégia utilizada por esse governador para reduzir as populações indígenas no Estado foi o estabelecimento de paz e seus aldeamentos, que implicava mais domínios para a Coroa Portuguesa e a mão de obra para os moradores que estavam insatisfeitos com as hostilidades dos povos indígenas, conforme apontado acima.

Rafael Ivan Chambouleyron e Vanice Siqueira de Melo (2013) apontam que durante o governo de João da Maia da Gama houve uma mudança significativa na condução da política com relação aos indígenas, em que buscou a aliança dos mesmos, porém isso não significou o abandono da política de declarar as guerras aos indígenas que causavam hostilidades.

Ao que tudo indica, ao assumir seu governo, João da Maia da Gama imprime uma mudança de rota na política com relação aos índios dos sertões do açúcar e do gado que se estendiam a leste do território do Estado do Maranhão e Pará. De fato, o governo do sucessor de Bernardo Pereira de Berredo foi caracterizado pela consolidação de uma relativa paz (e por uma concreta aproximação com os padres jesuítas), que se manteve com o seu sucessor, Alexandre de Sousa Freire (1728-1732). **Durante o**

governo de João da Maia da Gama, os índios Caicai, Aruá, Barbados e Guanáre foram “pacificados” e os Tremembé aceitaram viver com os jesuítas no Piauí (Chambouleyron; Melo, 2013, p. 184, grifo nosso).

Os autores ilustram acerca da estratégia política adotada pelo governador João da Maia da Gama, bem como a aproximação entre o governo e os religiosos, que eram responsáveis pela catequização dos indígenas e a administração dos aldeamentos. É importante destacar que essa aproximação será aproveitada pelos indígenas, uma vez que, no caso dos Tremembé, eles solicitaram o seu aldeamento e o missionário que seria responsável pela catequização deles e para a administração do local. Ademais, os autores mencionam alguns povos que foram “pacificados” a partir da estratégia empreendida pelo governador.

Apesar de sabermos quais eram os objetivos de realizar os aldeamentos dos indígenas, entendemos que ele pode ter significado como uma estratégia e uma forma de agência dos indígenas diante das investidas dos colonizadores, tendo em vista que na primeira metade do século XVIII foram declaradas diversas guerras aos povos indígenas, como supracitado acima.

A partir das fontes, foi possível identificar os locais de aldeamentos dos indígenas Tremembé. No ano de 1702, foram aldeados em Almofala no Estado do Ceará, segundo Pompeu Sobrinho (1951, p. 261-262),

[...] em 1702 fundou-se em Almofala, perto da barra do rio Aracati-Mirim, poucas léguas do estuário do rio Acaraú. A missão, confiada aos cuidados do Padre José Borges Novais, prosperou e recolheu ao seu seio os índios dispersos da região. O zeloso missionário construiu uma excelente igreja, de estilo arquitetônico sensível diferente do que era comum nas aldeias orientadas pelos jesuítas [...].

Já no ano 1722, os indígenas “Taramambés” do Maranhão solicitaram, através de uma representação endereçada ao Governador João da Maia da Gama, seu aldeamento e pediram como missionário o Padre João Tavares²³. Em 1723, o rei respondeu à carta do governador João da Maia Gama, datada do dia 10 de agosto de 1722, que tratava sobre o aldeamento dos indígenas “Taramambes”. É importante informar que já citamos parte desta carta na seção 3, por isso só destacaremos um trecho da mesma, que servirá ao nosso propósito.

²³ AHU_CU_MARANHÃO, Cx. 13, D. 1350. Consulta Do Conselho Ultramarino Ao Rei D. João V, sobre a representação dos índios da nação de Taramambés para o Governador do Maranhão, João da Maia da Gama, em que solicitam serem aldeados e que se lhes envie um missionário. Lisboa, 9 dez. 1722.

[...] maz que chegando vós, vos vierão vezitar como costumavão, eque depois depraticados vos decerão sequerião Aldear, e Baptizar os seus filhos, e vos pedirão o Padre João Tavares da Companhia de Jezus para seu Missionário com declaração de ser a Aldea no Rio Tamara que fica entre os Lançoes grandes e pequenos, e que entendeis que não só ofazem pela commodidade do Rio, e fartura delle assim da cana como do pescado, maz também por se não occuparem no serviço como captivos dos brancos, o que elles conhecem muito bem como práticos eladinos, porem que attendendo vos a salvação das almas do que por ora ao seu serviço, os mandareis Aldear no dito lugar por que também vos persuadeis que doutrinados servião ahi de muita utilidade ao meu Real servisso para darem avizo de algum Navio que apparecesse, e ainda para serem practicos dos baixos da Ilha de Santo Antonio ponta de São Joze, e coroa grande, e também impedir os fugidos que vão pela praia, epara senão comerciarem com os inimigos nem lhes darem aviso das tropas [...] (Livro Grosso Do Maranhão, 1998, p. 193-194).

Identifica-se o local solicitado pelos “Tarammambes” para que fossem aldeados, a saber, no “Rio Tamara entre os Lançoes grandes e pequenos”, bem como o padre responsável pela administração do aldeamento e pela catequização dos indígenas. Desse modo, percebe-se uma manifestação clara da agência indígena, que se apresentou como intencional, tendo vista que os indígenas solicitaram o local que eles fossem aldeados. No que se refere ao pedido para que o padre João Tavares fosse o missionário, não dispomos de nenhuma informação que possa elucidar tal interesse nesse pedido.

Ainda sobre a Carta, o rei informa que seria útil para a Coroa que os indígenas fossem aldeados no local que pediram, pois eles iriam trabalhar como informantes dos navios que aparecessem próximo ao que local que foram aldeados e, também, “[...] serem practicos dos baixos da Ilha de Santo Antonio ponta de São Joze, e coroa grande, e também impedir os fugidos que vão pela praia, e para senão comerciarem com os inimigos nem lhes darem aviso das tropas” (Livro Grosso do Maranhão, 1998, p. 193 e 194). Por fim, o rei manifesta contentamento pelo aldeamento dos indígenas ao dizer que o Governador “[...] obrastes bem em mandar Aldear esta Nação dos Taramambes no sitio que insinuáe” e, também, afirma que isso poderia resultar tanto na “conveniência” aos moradores do estado, quanto aos interesses da Coroa.

Melo (2010) aponta que houve uma mudança do aldeamento dos Tremembé para o sítio de Tutóia em 1724, segundo ela, isso se deu porque o governador João da Maia da Gama concedeu quatro léguas de terra para a construção da aldeia, da igreja e a criação de gado (Melo, 2010, p. 62). Ainda de acordo com autora, alguns indivíduos passaram a adentrar na região onde os indígenas foram aldeados.

Uma vez organizado o aldeamento, alguns homens começaram a realizar incursões nas terras concedidas aos Tremembé, tentando se apropriar do espaço. Assim, a região da Tutoia tornou-se alvo do capitão-mor João Rabelo Bandeira. Disse o padre João Tavares que em janeiro de 1727, este capitão-mor lhe pediu “sítio na Tutoia para criar éguas”. Ainda em janeiro, o dito capitão-mor mandou “meter éguas na Ilha dos Cajuais do Tremembé” e disse ao padre que se quisesse que ele retirasse as éguas da Ilha dos Cajuais deveria o padre lhe dar o sítio da Tutoia.

É demonstrado como os colonizadores/invasores utilizavam de diversos artifícios para alcançar os seus objetivos. No caso de João Rabelo, o mesmo tenta tomar posse do sítio de Tutóia, mas o padre João Tavares recusou a dar-lhe o sítio, então o posseiro ocupou a Ilha dos Cajuais, que também era habitada pelos indígenas Tremembé. Com vistas a resolver esse problema, Melo (2010, p. 762) discorre que:

Fora, então, ao Maranhão o padre João Tavares “acudir a Ilha dos Cajuais tomada por João Rabelo”. Na ausência dele, “entraram [na Tutoia] os Lopes, homens orgulhosos e ambiciosos capitaneados pelo soldado Bernardo Pereira”. Os Lopes, a que refere o jesuíta, eram três irmãos: Manoel Lopes, José Lopes e João Lopes. Assim, o Manuel Lopes, com seus gados e dos seus irmãos, acompanhado de Manoel da Rocha Lima, primo dos irmãos, e de Dionísio Pereira Montado, fugitivo do Jaguaribe, “tomaram toda a terra da missão com a maior insolência que se pode considerar”, embora os índios alegassem que “aquela terra fora dada pelo governador.

Como está posto, enquanto o Padre João Tavares tentava recuperar a Ilha dos Cajuais, outros indivíduos tomaram posse do sítio de Tutóia, mesmo os indígenas alegando que o território pertencesse a eles por ordem do governador. Para resolver este novo problema, os indígenas contaram novamente com o auxílio do Padre João Tavares, que “[...] demarcou “as terras da missão e ficou a data por sesmaria em 2.700 braças no comprimento” e “ficaram dentro das demarcações todas as caiçarinhas levantadas pelos intrusos” (Melo, 2010, p. 763), por ordem do governador.

Em 1731, após diversos conflitos e invasões ao território dos Tremembé, Melo (2010, p. 763) discorre que:

Em julho de 1731, o governador Alexandre de Sousa Freire respondeu ao rei português dizendo que concederá a posse de quatro léguas de terras na Ilha dos Cajuais aos Tremembé”. Em março de 1733, o rei agradecia ao novo governador do Maranhão, José Serra, por “meter de posse aos índios Taramambes de quatro léguas de terra que tem a Ilha dos Cajueiros”.

A doação de quatro léguas de terras pode representar dois tipos de interesses. O primeiro corresponde em uma forma de agência dos indígenas

Tremembé que, com o auxílio do padre João Tavares, relataram à Coroa o que estava acontecendo nas aldeias com as invasões, e assim conseguiram obter a doação de quatro léguas de terras. O segundo diz respeito à preocupação da Coroa em manter a paz com os indígenas, pois isso garantiria a continuidade do processo de ocupação da região.

As cartas que prosseguem não trazem nenhuma forma de agência dos indígenas Tremembé, mas iremos citá-las, porque ambas são da primeira metade do século XVIII.

Em 1737, o rei responde ao governador do Maranhão, ordenando que “se observem as condições com que foxem decidos os índios”. Nessa carta, o rei menciona a correspondência do Capitão Mor de São Luís, que pedia mais “índios forros” para trabalharem nas fortalezas e presídio desta Capitania, entretanto, não sabia onde buscá-los, pois os Padres da Campana recusaram o pedido para os indígenas das aldeias do Maranhão, a saber, a dos “bárbaros Cahicaizes” e “Tarammemes” fossem trabalhar para o dito Capitão (Livro Grosso do Maranhão, 1998, p. 262).

Já em 1741, o rei envia uma carta para o Ouvidor Geral do Maranhão, ordenando que se “faça observar as ordens que há a respeito do Governo temporal e espiritual dos índios, e especialmente a respeito dos Donatários”. Na carta, é mencionado a correspondência enviada pelo ouvidor de 1740, que informava que tinha ido ao “[...] PernaHYba averiguaseis e desses conta do excesso que houvesse na medição, na data das terras que os Padres da Companhia requererão em nome dos índios Taramambes [...]”. Para resolver essa questão, o rei ordenou que “[...] defiraes as partes na forma da ordem de 6 de agosto de 1685 proceda essa medição requerendo-a as partes” (Livro Grosso do Maranhão, 1998, p. 266-267).

As duas cartas elucidam as disputas e interesses em torno dos Tremembé, seja na tentativa de ocupar os seus territórios, quanto na tentativa de colocá-los para “trabalhar” para os governos.

Nesta seção, inicialmente, apresentamos algumas reflexões acerca da categoria agência, considerando a sua importância para o desenvolvimento do capítulo a partir do capítulo 1 – Elementos da Teoria da Estruturação da obra *a Constituição da Sociedade* (2003), de Anthony Giddens e do texto *Esboço de uma teoria da prática* da obra *A Sociologia de Pierre Bourdieu* (2003), de Renato Ortiz.

Abordamos a categoria de agência em Pierre Bourdieu que propôs o conhecimento praxiológico que se constitui na relação dialética entre agente e estrutura. Tal conhecimento, segundo ele, está ligado ao conceito de *habitus*, que produz as práticas e as representações que são objetivamente organizadas e que não constituem um produto da obediência a regras, sendo adaptadas de acordo com o contexto de sua produção e operação (Bourdieu, 2003).

Citamos ainda Sherry Beth Ortner (2006), que criticou os autores que mantiveram a oposição entre estrutura/agência. A mesma apontou que três autores da Teoria da Prática: Anthony Giddens, Pierre Bourdieu e Marshal Sahlins buscaram em seus estudos superar esta oposição. Contudo, identificou certas limitações que se propôs a resolver.

Nesse sentido, destacamos que a autora desenvolveu o conceito de agência, apontando que ele possui dois significados: o primeiro se refere a *intencionalidade* e com o fato de *perseguir projetos*; já o segundo com o *poder* (Ortner, 2006, p. 58).

Abordamos, em linhas gerais, acerca do processo de expansão e ocupação do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Em seguida, citamos alguns fatos que evidenciam as agências dos indígenas Tremembé no século XVII, servindo de base para compreender o posterior processo de aldeamentos desses indígenas.

Ao mapear as agências do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (primeira metade do século XVIII), foram percebidas as alianças dos Tremembé com outros povos, em meio a intensas declarações de guerras ditas justas a diversos povos indígenas da Capitania do Maranhão, além de identificar que eles mantinham comércio com outros povos (Melo, 2011). Outra estratégia adotada pelos indígenas Tremembé, destacada pela Melo (2011), era informar aos povos dos sertões sobre a saída das tropas de guerras.

Por conseguinte, apontamos acerca da agência indígena dos Tremembé ao se aldearem durante o governo de João da Maia da Gama (1722-1728). Nesse governo, a principal estratégia utilizada para reduzir os povos indígenas do Estado do Maranhão e Grão-Pará era o estabelecimento de paz e os aldeamentos.

Dessa forma, percebemos que aceitar aldear-se pode ter significado uma estratégia e uma forma de agência intencional dos indígenas diante das invertidas dos colonizadores, tendo em vista que na primeira metade do século XVIII foram declaradas inúmeras guerras aos povos indígenas da Capitania do Maranhão e Capitania do Piauí.

Identificamos que, em 1722, foram os próprios indígenas Tremembé que solicitaram seu aldeamento no “Rio Tamara entre os Lançoes grandes e pequenos”, com o padre que seria responsável tanto pela administração da aldeia, como pela catequização deles. Já em 1724, Melo (2010) apontou que a aldeia dos indígenas Tremembé foi mudada para o sítio de Tutóia. Contudo, nos anos que se seguiram, segundo a autora, posseiros tentaram ocupar o sítio de Tutóia e a Ilha do Cajueiro, onde os indígenas possuíam Cartas de Data e Sesmarias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo compreender os agenciamentos do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (primeira metade do século XVIII). Diante disso, primeiramente, fez-se necessário apresentar algumas notas sobre o campo de estudos e pesquisas em História Indígena, levando em consideração as contribuições de determinados autores acerca desse campo. Os teóricos citados, em seus respectivos trabalhos, apontaram a relevância de considerar as histórias dos povos indígenas a partir da interdisciplinaridade entre a História e a Antropologia.

No caso da antropologia, apresentamos as contribuições de Manuela Carneiro da Cunha, dando ênfase à introdução da obra que ela organizou, em que a mesma contextualizou a história indígena no Brasil na década de 90, ressaltando a importância de abordá-la de forma crítica e interdisciplinar. Já na história, deu-se destaque as reflexões do John M. Monteiro que enfatizou a importância de incorporar os indígenas à historiografia oficial. Além das contribuições de Maria Regina Celestino de Almeida (2017), que enfatizou a importância de discutir a atuação dos indígenas na história do Brasil.

Por fim, discutimos sobre as reflexões de João Pacheco de Oliveira (1998), que propôs que os pesquisadores do Nordeste e de outras regiões do mundo deveriam buscar caminhos para uma possível “antropologia histórica”.

Em seguida, identificamos a localização de ocupação dos Tremembé na Capitania do Maranhão, bem como os etnônimos e alguns traços culturais desse povo. Em relação aos etnônimos, constatamos os seguintes: Taramambézes, Taramambes, Tarammemes, Tarammambes, Teremenbés, Taramambees, Terembés, Tembés, Tramambés (Costa, 1979; Livro Grosso do Maranhão, 1998; Silva, 2003).

Por meio de dados etnológicos apresentados por Sobrinho (1951), foi possível identificar alguns traços culturais dos indígenas Tremembé e, também, a forte ligação desses indígenas com as praias, uma vez que obtinham os recursos alimentares no mar, tanto para consumo próprio quanto para realizar comércio na Cidade de São Luís.

Por último, mapeamos os agenciamentos do povo indígena Tremembé na Capitania do Maranhão (primeira metade do século XVIII). Assim, percebeu-se que os Tremembé mantinham alianças com outros povos e realizavam comércio (Melo,

2011). Outra estratégia adotada pelos indígenas Tremembé, destacada por Melo (2011), era informar aos povos dos sertões sobre a saída das tropas de guerras.

Constatou-se ainda a agência indígena dos Tremembé quando aceitaram se aldear durante o governo de João da Maia da Gama (1722-1728). Nesse governo, a principal estratégia utilizada para reduzir os povos indígenas do Estado do Maranhão e Grão-Pará era o estabelecimento de paz e os aldeamentos. Dessa forma, percebemos que aceitar a aldear-se pode ter significado uma estratégia e uma forma de agência intencional dos indígenas diante das investidas dos colonizadores, tendo em vista que na primeira metade do século XVIII foram declaradas inúmeras guerras aos povos indígenas da Capitania do Maranhão.

Em 1722, os próprios indígenas Tremembé solicitaram seu aldeamento no “Rio Tamara entre os Lançoes grandes e pequenos”, com o padre que seria responsável tanto pela administração da aldeia, como pela catequização deles. Já em 1724, Melo (2010) apontou que a aldeia dos indígenas Tremembé foi mudada para o sítio de Tutóia. Contudo, nos anos que se seguiram, segundo a autora, posseiros tentaram ocupar o sítio de Tutóia e a Ilha do Cajueiro, onde os indígenas possuíam Cartas de Data e Sesmarias.

Diante do exposto, evidencia-se a relevância deste TCC tanto por sua contribuição acadêmica quanto para a história do povo Tremembé, ao trazer as formas de agenciamentos desses indígenas na Capitania do Maranhão (primeira metade do século XVIII). Entretanto, muitas questões ainda ficaram pendentes, sendo que alguns documentos coloniais obtidos ao longo da pesquisa documental ainda não foram submetidos à transcrição, pois o pesquisador dispõe de iniciais conhecimentos paleográficos. Assim, restringimo-nos à abordagem de uma parcela de dados pertinentes aos indígenas Tremembé que já foram transcritos, além das demais fontes bibliográficas.

Dentre as questões que não foram respondidas, destacam-se as seguintes: Como se desenvolviam as relações de alianças entre os indígenas Tremembé e outros povos da Capitania do Maranhão? Qual era o interesse dos indígenas Tremembé em pedir o padre João Tavares como o seu missionário e responsável pelo seu aldeamento? Como ficou a data de terras dos indígenas Tremembé a partir do ano de 1741, tendo vista que, segundo o ouvidor, havia excesso na medição?

Ademais, uma das pretensões futuras do pesquisador é realizar pesquisa de campo no município de Tutóia - MA, que não foi possível durante a execução do

plano de trabalho (Re)xistência dos povos indígenas no Município de Tutóia - (MA) (2021-2022), em decorrência do contexto pandêmico, nem durante o desenvolvimento deste trabalho. O objetivo dessa pesquisa de campo seria conversar com as pessoas reconhecidas pelos indígenas Tremembé de Raposa e do Engenho como pertencentes ao seu povo, em busca de memórias ancestrais dos indígenas Tremembé, que foram aldeados na atual Tutóia Velha ou conversar com os moradores que se autodeclaram pertencentes a esse povo.

Assim, seria possível desenvolver um trabalho tratando das memórias e *reexistências*²⁴ contemporâneas dos indígenas Tremembé no município de Tutóia – MA, como o pesquisador tem realizado com os indígenas Anapuru Muypurá no Município de Brejo – MA.

²⁴ Utilizo a categoria “reexistência” que está presente no artigo “Os Involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento” (2017) do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, uma vez que ele aponta que “os índios são nosso exemplo. Um exemplo de reexistência secular a uma guerra feroz contra eles para “desexisti-los”, fazê-los desaparecer, seja matando-os pura e simplesmente, seja “desindianizando-os” e tornando-os “cidadãos civilizados”, isto é, brasileiros pobres, sem terra, sem meios de subsistência próprios, forçados a vender seus braços — seus corpos — para enriquecer os pretensos novos donos da terra” (Castro, 2017, p. 8).

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, v. 37, p. 17-38, 2017.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, v. 12, p. 39-68, 2006.

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais Históricos do Estado do Maranhão** [1749]. 3ª edição. Florença, Tipografia Barbera, 1905.

BETTINI, Rita Filomena Andrade Januário. A Companhia de Jesus, das Origens ao Ocaso: Uma proposta de análise historiográfica. **Revista HISTEDBR**, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria de Desenvolvimento Territorial. MDA/SDT. Perfil Territorial Baixo Parnaíba - MA. Elaboração: CGMA, mai./2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_020_Baixo%. Acesso em: 04 de out. de 2023.

BRASIL. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Brasília: IBGE, 2017.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**, São Paulo: Editora Ática, 2003, n. 39, p. 46-86.

BORGES, Jóina Freitas. **Os senhores das dunas e os adventícios d'além-mar: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia Tremembé na costa leste-oeste (séculos XVI e XVII)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História (São Paulo)**, v. 30, p. 349-371, 2011.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os Involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento. **Caderno de Leituras**, n.65, Belo Horizonte, 2017, pp. 1-9.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII).

Revista de História (São Paulo), p. 167-200, 2013.

COSTA, F. A. Pereira. **Cronologia histórica do Estado Piauí**. São Cristóvão, RJ: Artenova, 1979.

CUNHA, Manuela Carneiro Da. Introdução a uma história indígena. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. A contribuição da pesquisa sobre povos indígenas.

Campos-Revista de Antropologia, v. 20, n. 2, p. 26-36, 2019.

FARAGE, Nadia. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. 1986. 364f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1582166>. Acesso em: 16 out. 2024.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução: Álvaro Cabral. – 2º ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

ITAÚ CULTURAL. **Índio e indígena – Mekukradjá (2018)**. Itaú Cultural, 2018. 1 vídeo (5 min e 32 seg). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=s39FXY3JziE>. Acesso em: 14 de dez. 2023.

KRENAK, Ailton. História indígena e o eterno retorno do encontro. In: **Fontes e reflexões para o ensino de história indígena e afrobrasileira**: uma contribuição da área de História do PIBID/FaE/UFMG/Organizado por Pablo Luiz de Oliveira Lima. – Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 2012. 134 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIVRO GROSSO DO MARANHÃO. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vols. 66/67, 1948.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Cia. Editôra Fon-Fon e Seleta, 1870.

MELO, Vanice Siqueira. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia. 2011.

_____. Os “senhores absolutos de toda a costa” foram aldeados: o estabelecimento da aldeia dos Tremembé e o conflito com os curraleiros (séculos XVII-XVIII). **ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL**, 3º, 2010, Recife. Anais. Recife: UFPE, 2011, p. 759-65.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil in: SILVA, Aracy L., GRUPIONI, LD (orgs.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus**. Brasília: MEC. 1995.

_____. **Tupis, Tapuias e historiadores- estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência. Departamento de Antropologia-IFCH. Universidade de Campinas-Unicamp. 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. **Patrimônio e Memória**, v. 10, n. 2, p. 5-16, 2014.

NIMUENDAJÚ, Curt (1883-1945). **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. 2. ed. Brasília, DF: IPHAN, IBGE, 2017.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim; RAMOS, Felipe Caldas. (Re)Construção Da História Indígena Do Povo Anapuru Muypurá: Guerras, Silenciamentos E Resistência. In: E-Book do **I Encontro do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD: espaço, memória e temporalidade, da I Semana Acadêmica Internacional do PGCULT e da VII Semana Acadêmica do PGCULT: desafios e experiências na construção interdisciplinar** [recurso eletrônico] / organizadores, Zilmara de Jesus Viana de Carvalho ... [et al.]. — São Luís: EDUFMA, 2021.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim; RAMOS, Felipe Caldas. As Heteroidentificações Sobre Os Povos Ameríndios Na Região Do Baixo Parnaíba Maranhense. In: **Anais [recurso eletrônico] / I Jornada de Ciências Humanas e Sociais: territorialidades e culturas em tempos de resistências**, 8 a 10 de setembro de 2021. / Org. Amanda Gomes Pereira ... [et al.]. - São Luís: EDUFMA, 2021.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim; RAMOS, Felipe Caldas. (Re)xistência dos povos indígenas no município de Tutóia - (MA). In: **Anais do IV Simpósio Internacional Interdisciplinar em Cultura e Sociedade do PGCULT e da IX Semana Acadêmica do PGCULT** [recurso eletrônico]: / Organização: Ana Caroline Amorim Oliveira, Conceição de Maria Belfort Carvalho, Flávio Luiz de Castro Freitas, Klautenys Dellene Guedes Cutrim. — São Luís: EDUFMA, 2022.

OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim; RAMOS, Felipe Caldas. Uma Outra História: silenciamento da história indígena no Município Brejo – (MA) In: **Encontro Humanístico (17.:2023:São Luís). E-book do XVII Encontro Humanístico da UFMA: Ciências, Humanidades e Reconstrução Democrática** [recurso eletrônico] / Flávio Luiz de Castro Freitas, Luciano da Silva Façanha e Ronaldo Barros Sodré(orgs.). – São Luís: EDUFMA, 2023.

ORTNER, Sherry Beth. Poder e projetos: reflexões sobre agência In. GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (Org.). *Reunião Brasileira de Antropologia. Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 45-80.

_____. Uma Atualização da Teoria da Prática. In. GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (Org.). *Reunião Brasileira de Antropologia. Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 19-44.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 115-132.

_____. **Legislação indigenista colonial: inventário e índice**, 1990. 238f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1990.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **Índios Tremembés**. Revista do Instituto do Ceará, n. 65, 1951.

RAMOS, Felipe Caldas. (Re)construção da história indígena no município de Brejo: das guerras ao silenciamento. **Memo**. Relatório PIBIC. 2021.

RAMOS, Felipe Caldas. Resistência dos Anapuru Muypurá na região do Baixo Parnaíba no período da colonização (séc. XVII). **Memo**. Relatório PIBIC. 2022.

RAMOS, Felipe Caldas. (Re)xistência dos povos indígenas no município de Tutóia - (MA). **Memo**. Relatório PIBIC. 2023.

ROLAND, Samir Lola. O processo de sobreposição territorial portuguesa e os indígenas da fronteira sul e leste do Estado do Maranhão e Piauí. In: **XIII Encontro Estadual de História e Mídias: Narrativas em Disputa**, 2020, Recife. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/>. Acesso: 20 de out. de 2023.

_____. **Sesmarias, índios e conflitos de terra na expansão portuguesa no Vale do Parnaíba (Maranhão e Piauí, séculos XVII e XVIII)**.

Orientador: Rafael Ivan Chambouleyron. 2018. 263 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, Jacionira Coelho. **Arqueologia no Médio São Francisco indígenas, vaqueiros e missionários**. 2003. 460 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA, Mairton Celestino. **Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800**. Tese de Doutorado, História, Centro de filosofia e ciências humanas. Programa de Pós-graduação em História- Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, 2016.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **O devassamento do Piauí**. Piauí (Brasil): Companhia Editora Nacional. 1946.